



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - COMBUSTÍVEIS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0632/03	DATA: 28/05/03
INÍCIO: 14h46min	TÉRMINO: 17h51min	DURAÇÃO: 03h05min
TEMPO DE GRAVAÇÃO:	PÁGINAS: 72	QUARTOS: 37
REVISÃO: Luciene Fleury, Madalena, Patrícia Maciel, Silvia		
CONCATENAÇÃO: Márcia		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOSEVAL ALVES AUGUSTO — Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Pernambuco; ADÃO OLIVEIRA DA SILVA — Vice-Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Estado do Rio Grande do Sul; MARIA DA PENHA AMORIM SHALDERS — Presidenta do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado do Espírito Santo; STEINER JARDIM — Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo e Lubrificantes do Estado do Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
Transcrição <i>ipsis verbis</i> .



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) — Declaro abertos os trabalhos da presente reunião ordinária. A presente reunião destina-se à audiência pública com a presença dos seguintes convidados: Joseval Alves Augusto, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Pernambuco; Adão Oliveira da Silva, Vice-Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes no Estado do Rio Grande do Sul; Maria da Penha Amorim, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado do Espírito Santo; e Steiner Jardim, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados do Petróleo no Estado do Mato Grosso do Sul. *(Pausa.)* Esclareço aos Deputados e convidados que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição, solicitando a todos que falem ao microfone para efeito de identificação junto à Taquigrafia. Regimentalmente, os convidados não poderão ser aparteados. Finda a exposição, daremos início às interpelações. Os Srs. Deputados que desejam interpelar os convidados deverão se inscrever junto à Secretaria. Convidamos para tomar assento... Agora vamos passar direto à nossa audiência pública e vamos passar... Daremos 20 minutos para cada expositor. Vamos passar a palavra ao Sr. Joseval Alves Augusto, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Pernambuco, para suas considerações.

O SR. JOSEVAL ALVES AUGUSTO — Muito boa tarde ao Plenário. Na pessoa do Deputado Carlos Santana, Presidente desta CPI, cumprimentamos os demais componentes desta Comissão. Vamos procurar nos pautar inicialmente fazendo um histórico breve sobre o nosso Estado e o Sindicato. O Estado de Pernambuco tem aproximadamente mil postos de combustíveis, dos quais 330 são localizados na região metropolitana. Somos supridos principalmente pela base de Suape, com terminal em regime de *pool* e com mais 3 outros terminais. Também temos abastecimentos de Maceió, Cabedelo, Crato e Juazeiro, da Bahia. Movimentamos um equivalente a 100 milhões de litros/mês; geramos 8 mil empregos diretos e 10 mil indiretos. No momento, participamos do ICMS estadual com 21%, sendo o primeiro setor em arrecadação e temos como basicamente esta oportunidade, que achamos bastante importante para nós, tendo em vista o momento que vivemos, especificamente o da reforma tributária... Tendo em vista



que na nossa área... Devido às características de ser um Estado que está a 800 quilômetros da refinaria mais próxima, que é Madre Deus, em Salvador, e a 800 quilômetros de um outro grande pólo, que é Fortaleza, e por ser um Estado muito estreito e ser um produtor de álcool, participamos então na nossa área com todas as distorções, quais sejam: liminares, adulteração, sonegação. E iniciaremos a nossa colocação específica por mostrar o que a casa nossa, que presidimos, tem procurado fazer. Em 99, num movimento único nacional, fomos às ruas com os empregados pedir para sermos fiscalizados. Era a única forma que a gente achava de fazer com que o Estado ou parasse a letargia de não resolver os aspectos de adulteração e de sonegação, ou então abrisse para que todos participassem da mesma forma. Esse movimento foi em agosto de 99, e, a partir daí, a arrecadação, que era de 12 milhões por mês, chegou no final do mês de dezembro a 58 milhões. Deduzida a inflação, o que se verificou foi uma efetiva participação da nossa casa no tocante a esse trabalho. Outro item também em que a gente se coloca na vanguarda foi com relação aos supermercados. Esses senhores, no afã de multiplicarem os seus negócios, ficam utilizando dos débitos e créditos, gerando, no nosso modo de ver, uma sonegação. E nós, após quase 1 ano de trabalho junto à Secretaria da Fazenda, conseguimos, pelo Decreto nº 23.382, de julho de 2001, fazer com que o setor tivesse o mesmo comportamento nosso, qual seja: em Pernambuco, o supermercado ou qualquer outro ramo de atividade que quiser participar do segmento terá que ter uma inscrição específica e pagar o ICMS, como pagamos. E não esse absurdo que a gente vê hoje de em muitos Estados da Federação sequer os Secretários da Fazenda procurarem verificar esse tipo de situação, que no nosso modo de ver é uma anomalia, porque é um gigante que está utilizando os créditos fiscais para corroerem o mercado, usando a pecha de estar praticando um preço mais conveniente. No tocante às distorções, que acho que é o objetivo principal da nossa fala e da ajuda para os senhores, temos a questão das liminares. Pernambuco, por outras razões que não vale a pena detalhar, tem feito de diversas formas, usado e abusado de um monte de liminares, quer sejam sobre o ponto de vista de compensação de PIS e COFINS na antiga PPE, quer seja no tocante ao não-pagamento da CIDE e, em alguns casos, até do ICMS. No nosso modo de ver, esse é, no momento, o maior problema que temos no Estado. Essas distorções



beneficiam diretamente distribuidoras e alguns apaniguados, em detrimento da classe, que vem, com muito sacrifício, tentando pagar aquilo que efetivamente é o imposto devido. Como sugestão, nós trazemos o que alguns companheiros já falaram aqui: o aspecto de que na CIDE, especificamente, partamos para uma ação direta de inconstitucionalidade. E o momento, mais uma vez, é bastante oportuno, porque nós temos a reforma tributária e entendemos que o foro é o mais apropriado possível. Os senhores, que fazem as leis, que estão verificando esse ralo que leva tanto dinheiro da Nação, podem nos ajudar na forma de bloquear isso que para nós é a maior distorção. Só a título de movimentação no Estado, nós hoje temos a CIDE e o ICMS representando, para o preço de custo do revendedor, alguma coisa como mais de 55%. E obviamente qualquer auxílio, qualquer não-pagamento nessa área desmantela completamente todo o processo. Atualmente nós temos um grande aliado, e dos senhores também, que é o levantamento semanal da ANP, que mostra essas distorções de uma forma muito direta. Determinadas distribuidoras ou postos que têm uma venda ao redor de valores relativamente razoáveis de uma hora para outra multiplicam esses valores. E o comerciante que procura trabalhar de uma maneira correta fica praticamente a ver navios. No tocante à sonegação, por sermos um Estado produtor de álcool, nós participamos das três opções do álcool, quais sejam: o álcool hidratado, que é comercializado sem nota fiscal, às vezes com subfaturamento, às vezes com liminares conseguidas pelas destilarias, que estão em número de 26. E o comerciante que, inadvertidamente, ou muitas vezes pela dificuldade de concorrer no mercado, se vê tentado a adquirir aquele tipo de mercadoria. Nessa situação vemos hoje os preços em Recife variando — o hidratado — de 1,25 por litro até 1,66, o que corresponde a uma tremenda coincidência com o valor do ICMS, que é de 25% — que é outro absurdo —, além dos aspectos do PIS e da COFINS. Segundo os números que nós temos... E essa operação não é nada simples para se conseguir, porque, na realidade, os números que são oficiais mostram para o Estado uma venda de 5 milhões de litros, o que é uma vergonha. Nós entendemos que devemos estar perdendo alguma coisa ao redor de 1,5 milhão de reais por mês para o montante de 58 milhões. Acho que é um valor muito alto para Pernambuco. E por mais de uma vez neste Governo, no Governo anterior, nos três Governos anteriores, nós temos mostrado que é



impossível conviver com esse descalabro. Nossa sugestão no tocante à álcool é uma coisa muito simples: seria zerar a alíquota do álcool hidratado, como é feito para o álcool anidro. Obviamente isso não vai resolver o problema, porque nós falamos há pouco que temos o álcool molhado. Mais uma vez a gente acha que a reforma tributária pode ser ajudada no sentido de se evitar esse passeio do álcool. É um álcool que vai para Alagoas, que volta para a Paraíba e que não sai para lugar nenhum. E no fim, o comerciante que inventa de vender... Hoje é muito comum em avenidas de grande porte você já começar a não ter postos que vendam álcool. Nós, que somos nordestinos, vemos que é um produto que fixa o homem na terra, que ajuda a combater o desequilíbrio regional. Não deixa de ser uma cultura de subsistência. E nós estamos simplesmente deixando isso ao bel-prazer desse pessoal que participa dessa distorção do mercado. A próxima etapa, que nos parece também delicada, é o processo de adulteração. Para nós lá, a adulteração inicia-se com a adição do álcool à gasolina. Ou seja, coincidência ou não, nas grandes brigas de mercado em que os preços têm uma redução muito grande — e nós somos campeões nisso, de vez em quando os preços de lá estão abaixo do preço de custo —, o que a gente vê é uma não-conformidade crescente num trabalho que há 2 anos a Universidade Federal de Pernambuco tem feito junto à Secretaria da Fazenda. Na realidade, o solvente em Pernambuco está se iniciando ainda no aspecto de caminhões. Graças a Deus, por enquanto pelo menos, não temos nada ainda via navio. Mas quando o desespero bater, é possível que essa prática comece a ser feita. E nós temos como sugestão para a adulteração, e não vemos outra saída: aqui tem que ser uma ação fechada que envolva a Secretaria da Fazenda, a ANP, o Ministério Público, a Universidade Federal — no tocante às análises —, a Polícia Federal e as Polícias Militar e Civil. Se não for feito dessa forma, não adianta, que nós não vamos conseguir sustar esse descalabro. Gostaríamos também de colocar o aspecto de importação de derivados de petróleo. Pernambuco tem hoje, em termos de Estado, o maior índice de importação. E necessário se faz — já vou direto para a sugestão — que seja feita também uma ação conjunta, principalmente envolvendo CACEX, Receita Federal e os outros órgãos governamentais, sejam estaduais, sejam federais, para que a gente não comece a ter determinadas situações de descalabro público. Gostaríamos de aproveitar o momento aqui para



pedir encarecidamente a esta Casa que fosse trabalhada a questão dos supermercados. Hoje, no Brasil, apenas 4 ou 5 Estados, que, como nós, sofreram mais na pele esse problema, tiveram a compreensão e a hombridade por parte das Secretarias de Fazenda. E se torna impossível trabalhar com seriedade no setor se nós não tivermos uma mesma forma de trabalho. Essa história de supermercado trabalhar na base de débito e crédito, o que vai acontecer pura e simplesmente é uma concorrência desleal. Eles são grandes. Nós somos pequenos. E a tendência é supermercado virar grande empório de combustíveis. Outro aspecto que nós queríamos abordar aqui é com relação a um projeto da PETROBRAS Distribuidora denominado CAIS. O que é o projeto CAIS? É um projeto que nasceu em Santos, no Estado de São Paulo, e em Suape. Lamentavelmente, tudo que é ruim começa sempre por Pernambuco. E esse projeto, ele apenas leva em conta o seguinte: determinadas distribuidoras fazem compras diretas à PETROBRAS com preços que só pagam a condição de ICMS na razão de consumidor, quando nós sabemos que essa razão tinha que ser de revenda. A continuar o que a gente tem lá, e nós somos sabedores que esse projeto deve ir para outros Estados, nós queríamos apelar para esta Casa para que fosse feito um convencimento junto à PETROBRAS Distribuidora no sentido de que desse uma sustada nesse trabalho, porque senão nós vamos ter daqui a pouco outros filões de mercado acabando com o segmento da revenda no Brasil. Já me deram um aviso aqui dos cinco minutos. Eu espero não ter ultrapassado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Passo a palavra a seguir para o Adão Oliveira da Silva, Vice-Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA - Eu sou do Estado do Rio Grande do Sul, do Sindicato dos Revendedores de Combustíveis no Estado. O Estado tem 2 mil e 300 revendedores de combustíveis, onde mil e 300 são associados da nossa entidade. A refinaria é Alberto Pasqualini é uma refinaria de menor porte, de propriedade da Ipiranga, onde abastece todo o Estado e mais uma parte de Santa Catarina. Nós temos problemas de adulteração de combustíveis, sonegação de impostos ainda num índice bastante pequeno, porque desde que começou no País esse problema de adulteração de combustíveis, que foi a partir da liberação dos



preços, em 1996, a ANP fez uma fiscalização no Estado do Rio Grande do Sul e constatou que havia uma sonegação, uma adulteração de combustíveis mais ou menos com um percentual entre 8% e 10%. Naquela época, parece que estava assumindo a direção da ANP o Sr. Davi Zylbersztajn. Então, tendo em vista o índice alto de adulteração de impostos em São Paulo e no Centro do País, de sonegação, mais de 30%, a ANP achou esse índice razoável. E eu disse, na época, inclusive para a imprensa, que eu achava muito alto, porque se tivesse 1% de revendedores ou distribuidoras adulterando produtos, sonegando os impostos, esses teriam que sair fora de circulação e estar na cadeia. Com esse objetivo, e considerando que a ANP não tinha estrutura para fiscalizar 28 mil postos em todo o Estado, nós partimos já de imediato para outra solução. Então, nós criamos lá a força-tarefa, que é composta pelo Ministério Público, DECOM, PROCON, INMETRO, Fazenda, Secretaria da Fazenda e Receita Federal. E isso fez com que... Estamos trabalhando até hoje. Contratamos o laboratório CIENTEC lá. Tínhamos uma máquina importada, para fazer a análise do combustível, que custou 50 mil dólares, e nós demos para a CIENTEC, em comodato, para ela praticar os testes. Isso fez com que hoje... No fim do ano passado, a ANP esteve fazendo em todo o Estado um outro levantamento e constatou que esse índice, esse percentual está em média de 3 a 4%. Então, os senhores podem observar que isso teve uma redução de mais de 50% para aquele índice que já a ANP, na época, achava bastante baixo. Mas eu diria mais. Tem alguns dados que eu quero transmitir aqui que muito a gente não se dá conta. Que se esse índice, num parâmetro de 5 mil metros, existem 10 postos de gasolina, com a média, que a nossa média lá é de 200 mil litros/mês por cada posto, seriam vendidos para aqueles consumidores 2 milhões de litros. Se tiver dois revendedores adulterando combustíveis, sonegando impostos ali, eles passam a vender 1 milhão de litros, porque a venda dele é estrondosa. Então, o que significa isso? Um milhão de litros, naquele perímetro, de venda ao consumidor de gasolina adulterada. Então, é 50% da gasolina que está sendo adulterada, e não 2%. São 2% de revendedores. Então, isso eu acho bastante grave. Com isso, então, os senhores podem perceber aí que o que falta é fiscalização. Porque nós, com essa força-tarefa, embora nós não tendo poder de polícia, nós conseguimos reduzir mais de 50% esse índice de adulteração, e mesmo de sonegação de impostos, porque a sonegação de



impostos já vem atrelada à adulteração. No momento que estiver adulterando o produto, automaticamente está havendo a sonegação. Fora o resto da gasolina e álcool que vem de fora do Estado, que nós temos trabalhado bastante. A Secretaria da Fazenda tem nos ajudado e nós temos estancado bastante essa evasão que está acontecendo lá. Então, na ANP, eu não... Na ANP, nós temos uma diretoria bem-intencionada, uma diretoria capaz. O nosso embaixador Sebastião do Rego Barros é competente, mas está trabalhando com dificuldade porque não tem estrutura para suportar essa fiscalização. Na ANP, existem hoje apenas 50 fiscais para fiscalizar 30 mil postos de gasolina, 90 mil pontos de venda de gás e 280 distribuidoras de petróleo. Ora, senhores, com essa estrutura que a ANP tem, nós não temos condições de ter uma fiscalização adequada. Então, nós vamos talvez ficar, se não houver uma reestruturação, nas mãos dos bandidos. Sr. Presidente, é preciso convencer a área econômica do Governo sobre a importância do investimento na reestruturação da ANP. O Brasil tem muitas leis e muitas regras formais, mas os órgãos reguladores, que têm o dever de fazer as leis serem cumpridas, estão desaparecidos. Eu solicito... Eu acho que é importante que a Ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, demonstre aos Ministros da Fazenda e do Planejamento a importância do setor do petróleo para a formação da renda tributária de todo o Governo Federal, dos Estados e Municípios. Então, seria mais ou menos isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Queremos agradecer. Vamos passar para o terceiro convidado, Steiner Martins, Steiner Jardim, desculpe, Presidente do Sindicato Varejista de Derivados de Petróleo do Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. STEINER JARDIM - Exmo. Sr. Deputado Carlos Santana, do PT do Rio de Janeiro, Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, demais autoridades presentes, senhores e senhoras. Tenho grande satisfação em participar da audiência pública, que tem como finalidade a investigação da operação do setor de combustível relacionada com a sonegação, tributos, máfia, adulteração, suposta indústria de liminares, assunto extremo de interesse de toda a categoria, inclusive da que represento, os revendedores de Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul, aproximadamente, tem 550 postos, sendo filiados 330 postos ao SINPETRO do Mato Grosso do Sul. Há anos que enfrentamos os problemas, inclusive fechamento



de empresas, de postos, por motivo de não ter uma lucratividade, porque a situação dos postos cada dia é pior. Enfim, estamos aqui e acreditamos que poderemos em breve, com apoio dos Parlamentares e envolvimento da FECOMBUSTÍVEIS e sindicatos filiados, e ainda com a participação efetiva do SINDICOM, conseguiremos reverter essa situação que está ficando cada dia pior. E os mais prejudicados estão sendo os empresários honestos e, mais uma vez, o consumidor. Adulteração. Com a implantação de laboratório na Universidade Federal, que dentro de 120 dias ficará pronto, vamos conseguir vetar essas adulterações de produto. Porque nós não temos esse equipamento que vai ser instalado. Sobre a máfia do combustível, o Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado atuando em Mato Grosso do Sul, o que trabalha, tenta constituir o que a população teme, o conhecimento do acontecimento. Por exemplo, no dia 3 de maio, foram apreendidas 10 carretas que vinham de Corumbá para São Paulo, na rodovia. Segundo a empresa, se tratava de solvente. Foram presas essas carretas, mas ficou... a mídia atacou, na televisão. Essas carretas ficaram uns 3 ou 4 dias presas num órgão federal, mas logo liberaram, e nós não ficamos sabendo o que é, o que foi, o que aconteceu com essas carretas. Ficou sem nós sabermos. A formação de cartel ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Informo aos nobres Deputados que começou a votação nominal. Aqueles Deputados que quiserem ir ao plenário vão agora, para a gente fazer o rodízio, indo e voltando.

O SR. STEINER JARDIM – A formação de cartel em Campo Grande ou Mato Grosso do Sul: eu não vejo formação de cartel de forma nenhuma. Pelo menos o SINPETRO não vê isso. Por motivo das grandes concorrências, promoção que os postos fazem... E os postos... Hoje a lucrativa é muito pouca. Um abaixa o produto para 2.15, aí o outro abaixa para 2.7, aí o outro não vende o produto, diminui a venda, vai abaixando, quando chega ao ponto de 2.9, o produto na bomba. Em Campo Grande, é 2.8 e 2.9, sendo que esse produto era para estar, mais ou menos, ao preço de 2.20 na bomba, mas, por motivo de grande promoção, e cada um querendo vender mais do que o outro, acaba ninguém ganhando nada e ficando nessa situação. Esses dias, começaram a falar que era cartel. E eu, quando recebi a intimação do PROCON, eu enfrentei o PROCON e fui lá explicar que não existia cartel. Sempre o repórter fica em cima para ter serviço, apresentar serviço, e



começa a falar que existe cartel. Falei com o diretor do PROCON que um posto hoje de 200 mil litros não estava ganhando nada, estava, aproximado, ganhando uma média líquida de 4 mil real, tirando todas as despesas, o que ele ganhava era 4 mil. Ele falou: *“Mas de forma nenhuma, vocês estão ganhando mais”*. Eu disse: *“Vamos construir um posto, aqui, no momento, vamos, aqui, no papel, construir um posto; vamos construir um posto, no momento?”* E começamos a fazer a conta, um posto de 200 mil litros, tinha que comprar um terreno, mais ou menos, aproximado, de 150 mil, tinha que construir, tinha ali o prédio, tinha uma porção de coisas, quando chegava ia a 1 milhão de reais, mais o produto dentro, mais o a prazo. Deu 1 milhão e pouco. Ele falou: *“Não, pára. Eu não quero posto; posto não ganha”*. Creia, é realidade, gente, um posto de 200 mil litros, hoje, principalmente no meu Estado, o que está tirando não paga o aluguel, está tirando 4 mil reais. Como pode ter cartel numa situação dessa? É. O grande consumidor hoje vem atuando em nosso Estado como se tivesse autorização de um posto revendedor. Por que? O grande consumidor, hoje, uma transportadora, principalmente no meu Estado, ou no Estado vizinho, o Mato Grosso, onde está o grande produtor de soja, e várias transportadoras estão localizadas naquela região de Rondonópolis. No posto ali em Rondonópolis, todos os postos são postos grandes, de 800 mil litros, 900 mil litros, 1 milhão de litros por mês, que ali tem uns quatro, cinco seis postos. As transportadoras, o que fizeram? Abriram. A companhia abriu para o grande consumidor colocando bombas; colocando bombas para o consumidor, que a pessoa tendo o caminhão ela pode consumir o produto tendo como um grande consumidor. Mas não, do contrário, o que eles fizeram? Eles começaram a abastecer os terceiros. Os terceiros, o que é ? É o agregado à transportadora. Nessa altura, a venda dos posto caiu; toda aquela transportadora colocou a bomba, e os postos não venderam mais nada, venderam pouca coisa. Aí debatemos com as autoridades. Graças a Deus, conseguimos alguma coisa, que a ANP e a fiscalização do Estado foram em cima desse pessoal multando e fechando. Porque para ter o caminhão, a frota, ele tem direito de vender só o seu produto e não vender o produto para terceiro, porque está sonegando o próprio Estado. Graças a Deus que isso acabou. O grande consumidor está atendendo só a frota dele, e voltou novamente o posto a vender. Eu não tenho nada mais a comentar, porque tudo isso vocês já



escutaram, desde a outra reunião, alguns colegas de outros sindicatos. Se eu for argumentar alguma coisa mais, vou passar muito tempo argumentando isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Passo a palavra à Sra. Maria da Penha Amorim, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Espírito Santo.

A SRA. MARIA DA PENHA AMORIM SHALDERS – Exmo. Deputado Carlos Santana, quero parabenizar esta Casa por esta iniciativa. Sou Presidente do SINDIPOSTOS do Espírito Santo. Meu nome é Maria da Penha Amorim Shalders. O nosso sindicato... Nós temos 558 postos no Estado, sendo 434 associados, quer dizer, 78% dos nossos postos são associados. A situação do Espírito Santo se divide em duas etapas: uma, ontem, quando vemos um passado um tanto quanto sombrio, onde tivemos liminares de ICMS, concessão de benefícios especiais, com créditos presumidos de ICMS, com leis que fazia possível se realizar essas distorções de mercado; hoje, a partir de janeiro de 2003, com o novo Governo, o Estado — e quando digo Estado reforço os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário —, em esforço conjunto, cancelou as liminares e acabou com regimes especiais. Portanto, o Judiciário derrubando as liminares de ICMS existentes; o Executivo acabando com regimes especiais e cancelando inscrições estaduais, em virtude de utilização dolosa — nós tivemos agora, no dia 6 de maio, mais duas inscrições estaduais na área de combustível sendo canceladas —; e o Legislativo revogando as leis viciadas que favoreciam essa situação no Estado. Esse esforço conjunto proporcionou ao Estado um aumento de 60% na arrecadação de ICMS dos combustíveis em relação ao mesmo período do ano anterior. Então, houve realmente um esforço para acabar com essas liminares. Agora, temos também as distorções nossas de mercado. Por exemplo, o álcool. Se olharmos o *site* da ANP, que é a maior fonte de pesquisa e a mais confiável que a gente tem, nós vemos postos com preços de custo a 0,98 centavos por litro e outros com 1.71. Isso está à mostra, qualquer pessoa pode entrar no *site* na ANP. Tenho a pesquisa aqui — posso estar passando para vocês também — e tenho uma nota que eu trouxe minha de compra de álcool a 1 real e 46. Então, há de se ter alguma distorção, aqueles que estão com preço de 98 centavos de compra. Essa diferença de 73 centavos em cada



litro é uma diferença muito substancial. O *diesel*, a gente tem um problema com a base de cálculo — também trouxe minha nota fiscal aqui, posso estar colocando para os vocês. A base de cálculo do ICMS do *diesel*, hoje, no nosso Estado, está em 2 reais e 07. O que é isso? É o que eles presumem que a gente esteja vendendo e cobram ICMS em cima desse valor. Só que, se você olhar também na fonte da ANP, na pesquisa da ANP, o preço nosso médio está em torno de 1 real e 47. Então, existe uma distorção na base de cálculo do ICMS do *diesel*. Isso faz, só para vocês terem uma idéia, nessa mesma pesquisa, o preço máximo que foi encontrado é de 1.60 reais, sendo que nós estamos pagando por 2.07 reais, isso gera uma falta de competitividade dentro do nosso Estado. Nosso Estado é um Estado pequeno — temos aí, quem conhece o nosso Estado, o próprio Presidente da Comissão é de Castela, meu vizinho, sabe que temos 400 quilômetros de malha rodoviária, na BR-101 e 280, na BR-262 —, isso faz que as nossas empresas busquem um preço melhor nos outros Estados, principalmente no Estado do Rio onde o preço é mais acessível, fazendo com que haja perda, realmente, nós estamos perdendo nossas vendas. Esse problema, nosso sindicato fez um levantamento e, como nosso relacionamento com o Governo tem sido muito cordial, levamos até a Secretaria da Fazenda, há umas duas semanas, esse estudo, que mostra que, se a base de cálculo for reduzida, conseguiremos recuperar as nossas vendas e eles conseguirão recuperar, então, a sua receita, não terão perda de receita. E a Secretaria da Fazenda já sinalizou que pode estar havendo uma recuperação, um cronograma dessa redução. Com relação à adulteração de combustível, em relatório recente divulgado pela ANP, temos aí que foi um registro baixo, um baixo índice de adulteração de combustível no Estado. Então, essas eram as considerações que o Sindicato do Espírito Santo podia trazer para esta Comissão. Espero me ter feito entender.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Quero agradecer aos quatro convidados. Vamos passar à lista de inscrição; primeiro, nosso Relator, V.Exa tem alguma ponderação?

O SR. DEPUTADO CARLOS MELLES – Quero agradecer a presença de todos os senhores convidados: Sr. Joseval Alves Augusto, Sr. Adão Oliveira da Silva, Sr. Steiner Jardim e D. Maria da Penha Amorim. Eu ouvi, atentamente, e a



única dúvida que tinha é que, nessas três audiências anteriores, a questão dos supermercados foi levantada e, parece-me, o Estado de Pernambuco, por meio da Secretaria da Fazenda, encontrou uma solução, através de uma portaria, a qual estou passando para a assessoria da Casa para arquivá-la como uma proposta para ser analisa por outros Estados e até em âmbito federal. Era só isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Então, vamos fazer de, como há poucos Deputados, três em três; depois, nós passamos para a Mesa. O Deputado Ricardo Barros, saiu, mas está aqui garantida sua inscrição. Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, Deputado Carlos Santana, Relator, Deputado Carlos Melles, prezados Presidentes. Presidente, esta reunião de hoje, com o depoimento da Sra. Maria da Penha, do Sr. Steiner, do Sr. João Oliveira e do Sr. Joseval, de Pernambuco, soma-se à reunião passada e fecha, no nosso ponto de vista, uma radiografia preliminar da ocorrência, em todo o território nacional, desse conjunto de esquemas de índole criminosa. Esquemas que se desdobram com os benefícios concedidos por liminares, adulteração, casos diversos de sonegação e uma constatação que havíamos tido, em outras ocasiões, da fragilidade da estrutura que foi apresentada ao País quando se abriu o mercado de combustíveis para as distribuidoras, para as TRRs, enfim, quando se desregulamentou, com uma nova regulamentação, a comercialização dos derivados de petróleo e do álcool em nosso País. Essa é primeira constatação. Criou-se um ambiente de mercado, mas não se cuidou de o Estado ter condições de assegurar ao próprio comerciante e ao consumidor a garantia da procedência idônea, da segurança quanto aos aspectos fiscais desta mercadoria e, ao mesmo tempo, quanto à qualidade para o consumidor final. Na ausência dessa estrutura de fiscalização, na ausência de normas duras e de sanções claras ao processo de adulteração, ao processo de sonegação e desvio de destino, simulação de operações interestaduais, o que nós temos ouvido são os depoimentos dos Presidentes, que relatam essas ocorrências de forma muito clara. Eu teria uma primeira rodada de perguntas e mais adiante, após ouvir os outros Deputados, gostaria de fazer uma segunda rodada de perguntas aos Presidentes dos sindicatos. Mas, na primeira, eu faria uma pergunta comum a todos os Presidentes de



sindicatos. Nenhum aqui ressaltou da inexistência de medidas liminares, embora em alguns casos elas já foram derrubadas nos Tribunais de Justiça, mas há o caso comum, em que todos os Presidentes de sindicatos, como na semana passada, relataram essa penetração de distribuidoras que na ponta têm postos de sua própria bandeira, ou postos de bandeira branca que recebem esses combustíveis, dando seqüência a essa escalada de benefício, de irregularidades, de adulteração, de sonegação. Então, aos Presidentes dos sindicatos eu gostaria, em primeiro lugar, de fazer a seguinte pergunta: quantos postos, a princípio, têm atuado, nos seus Estados, com esses esquemas de benefícios fiscais, mediante liminares, créditos presumidos? Que parcela do mercado, que os senhores representam como Presidentes dos sindicatos, é, digamos, contaminada por essas práticas, tanto nos casos das liminares quanto nos casos conhecidos? E a Presidenta do sindicato do Espírito Santo citou muito bem, talvez os outros também, não me recordo agora, as diferenças de preços. De um lado, os Estados, querendo fazer caixa com o ICMS, botam uma pauta fiscal muito elevada, que não corresponde ao preço praticado nem junto às distribuidoras e nem junto ao mercado. Mas que parte do mercado é contaminada por essa incidência de liminares? Que parte do mercado é contaminada por essas disparidades de preços? Que parte do mercado é contaminada, inclusive no caso do álcool, por essas brutais desigualdades que indicam, sem qualquer sombra de dúvida — até porque outras CPIs estaduais já atuaram neste País —, a conhecida prática da transferência direta da usina e da destilaria para revenda nos postos, e, aí, sem a nota fiscal, sem outros tipos de controle e até sem o cuidado com a qualidade de combustíveis? Então, a primeira questão comum é que porcentagem do mercado atua, se os senhores poderiam estimar. Isso representa quantos porcos dos postos que atuam? E, nos seus Estados, que distribuidoras, transportadoras e revendedoras, usinas ou destilarias já foram indiciadas, ou são do conhecimento público, que atuam com esse tipo de prática, ou liminar, ou desvio de destino, ou sonegação, ou venda direta a postos sem nota fiscal? Enfim, como é o ambiente específico do mercado das distribuidoras que ocorre em cada um dos Estados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Deputado Bassuma.



O SR. DEPUTADO BASSUMA - Sr. Presidente, Deputado Carlos Santana; Sr. Relator, Deputado Carlos Melles; demais Deputados que compõem esta CPI importantíssima, vital, que o Brasil aguarda, inclusive agora, até com a declaração do nosso Presidente da República, reforçando a questão imperiosa que é a de se apurar a questão dos combustíveis. Eu estou vendo aqui na Mesa, Sr. Presidente, a presença, hoje, dos representantes de 4 Estados importantes do Brasil — Pernambuco, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo. Ouvi com atenção o depoimento de cada um dos representantes. E quero explicar para V.Exa. porque hoje também não está presente a Bahia, que eu não pedi e não pretendo pedir a presença, porque, Sr. Presidente, o caso da Bahia é *sui generis*. Eu espero, como V.Exa. já se prontificou conosco e entende a necessidade, pelo que aconteceu lá de grave, que a CPI vá até lá, nem que seja um membro desta — e eu já me coloco com candidato natural para ir, até para não cansar todos os membros —, porque, lá, a CPI da Bahia não apurou. Foi uma farsa. E, infelizmente, o Deputado que presidiu aquela CPI na Bahia é membro hoje desta. É uma pena, é lamentável, mas não é do meu partido, então, eu não posso fazer nada. Em 99, Sr. Presidente, 5 de maio, eu consigo as assinaturas, na Bahia, para instalar a CPI dos combustíveis. Cinco dias depois, Sr. Presidente, por pressão da bancada governista, que não é o PT no meu Estado, é o PFL, 5 Deputados são forçados a retirar a assinatura, e o retiram com lamentos em público, inclusive no próprio plenário. Cinco dias depois. Um ano depois, Sr. Presidente, por pressão — que eu tenho tudo no meu gabinete, são mais de 300 páginas da mídia pressionando, manifestações até públicas —, a CPI finalmente é instalada para apurar os combustíveis na Bahia, e um ano depois, 26 de abril de 2000. Veja bem, Sr. Presidente, de maio a agosto, olhe bem, Sr. Presidente, este Deputado aqui, que atua nesta questão desde quando era Vereador, em Salvador, faz 18 pedidos de convocação. Dezoito. Só dois, o Sr. Presidente daquela CPI atende. Faço... Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu pediria ao nobre Deputado Bassuma...

O SR. DEPUTADO BASSUMA - Eu estou fundamentando a minha questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Eu sei, eu só quero pedir para que nós, da forma como nós estamos caminhando, estamos caminhando com



muita serenidade, porque esta CPI, ela vai trabalhar com muito afinco, e nós temos que chegar a um resultado. Agora, espero que a gente não faça esta CPI por gostar, porque como... Eu moro no Rio de Janeiro há muitos anos, desde 8 anos de idade, sou capixaba. Capixaba é baiano cansado, eu adoro a Bahia. Mas, pelo amor de Deus, toda hora não dá para gente — entendeu? — trabalhar... Então, eu peço compreensão. Peço compreensão. Eu sei que o nobre Deputado está no seu tempo regimental de 3 minutos, mas ajude a esse trabalho.

O SR. DEPUTADO BASSUMA - Eu quero mais uma vez, então, V.Exa. se referiu, eu tenho o tempo regimental para usar, e eu estou fundamentando a minha questão, porque V.Exa. há de convir que a Bahia não é um Estado qualquer da Nação. E faz parte do Brasil, não faz, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Claro.

O SR. DEPUTADO BASSUMA - Muito bem. E eu aqui represento a Bahia. Eu estou fundamentando isso, porque eu vou entregar tudo isso aqui por escrito para cada membro, tudo documentado, historiado. Não é falação, não é só verbal. Então, a coisa lá é grave, é vergonhosa. E, aí, eu quero dizer, Sr. Presidente, por que eu não vou fazer nenhuma pergunta direta a cada um, porque no caso dos postos de gasolina do meu Estado, de Salvador especificamente, o Ministério Público já declarou: existe cartel instalado. Só que a CPI do meu Estado não quis apurar. Eu não posso imaginar, Sr. Presidente — e, aí, eu quero dar um atestado, porque eu quero que esta reunião seja produtiva. Então, é preciso que os Deputados de Pernambuco intervenham, e os do Rio Grande do Sul, porque eu não conheço a realidade de cada Estado, o senhor há de convir com isso. Eu conheço a realidade do meu Estado. Como lá é muito grave, não adianta eu trazer para cá representante do SINDICOMBUSTÍVEIS, é preciso que a CPI vá lá, e vai, V.Exa. já se comprometeu com isso, porque é importante. E eu sou comprometido a ir para lá. Então, nós temos de apurar isso até o fim, sem ter receios. E sem, Sr. Presidente, impedir que Deputado desta CPI cumpra o seu papel — e eu vou cumprir o meu até o final. Eu tenho certeza de que V.Exa., como mostrou até agora coragem e coerência, também cumprirá o seu como Presidente da CPI. Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que hoje é importante esses 4 Estados estarem aqui, não



pretendo convocar a Bahia, porque acredito que lá, por ser grave, nós teremos de apurar *in loco*. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Obrigado. Deputado Severiano Alves.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu ouvi os depoimentos dos Presidentes de Sindicatos de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, e de Mato Grosso. Lamentavelmente, não ouvi o do Espírito Santo. Mas, Sr. Presidente, eu acho que os representantes desses Estados devem estar preocupados, porque eles representam empresas sérias, empresas que cumprem a legislação nacional. E, nessa linha também, eu estou aqui nesta CPI buscando ajuda dos senhores, que representam a parte boa da revenda de combustíveis. Estou buscando ajuda para a gente descobrir a sonegação, a adulteração, as supostas facilidades concedidas no Judiciário, através de decisões liminares, e também o que nós chamamos aqui de máfia, que são essas práticas nocivas à revenda. Os depoimentos não acrescentaram muita coisa a respeito do que nós queremos saber. Por isso, eu queria fazer uma pergunta também de caráter geral. Os senhores poderiam nos apontar, nós temos 3 segmentos envolvidos — as refinarias; a intermediação, que nós chamamos de distribuição, e o varejo, representado pelos senhores, pelos postos. Onde é que está a sonegação? Onde é que está a adulteração? É na revenda? É na distribuição? Ou é na fabricação, isto é, nas refinarias dos derivados de petróleo e nas usinas dos derivados de vegetal? Aí, seriam as usinas de álcool. Bom, a outra pergunta. Há caso, identificado em cada Estado, que tenha comprovado a prática irregular desses assuntos que nós estamos investigando? Nos Estados dos senhores, houve alguma CPI específica para esse caso? A última pergunta: Pernambuco fez uma crítica construtiva à Agência Nacional de Petróleo, que seria o órgão fiscalizador, e que esse órgão não dispõe de aparelhamentos para fiscalizar; segundo informações, em todo o Brasil seriam apenas 50 fiscais. No meu Estado, por exemplo, a Bahia... Ah, foi no Rio Grande do Sul, desculpe. No meu caso, na Bahia, parece que não tem. Se tem, é 1 ou 2 funcionários. Em Brasília, me parece que tem 4 ou 5. Então, na verdade, nós sabemos que há falta de fiscalização do órgão principal, que é a ANP, e que está suprindo isso através de convênios, com universidades, etc. Mas eu acho que a ANP



não está mais voltada para a fiscalização, mas, sim, para a questão de pesquisa de preços, de variações de preço, etc., etc. Bom, por último, eu queria dizer também, de público, que eu não concordo, apesar de ter sido a base do Governo do Presidente Lula, eu não concordo com uma opinião equivocada. Ainda bem que o Presidente não falou de toda a categoria dos revendedores. O Presidente apenas disse que alguns. Quer dizer, esse “alguns” também pode representar muitos. Eu acho que o segmento que nós conhecemos é um segmento que tem um PIB de quase um terço do Orçamento, ou da receita nacional, é um setor que emprega, os senhores sabem, cerca de 300 mil funcionários, diretamente, e mais de 1 milhão, indiretamente. Então, nossa preocupação é que não sejam jogados no caldeirão a revenda ou o varejo, como sendo o vilão da história. Mas nós queremos apurar o cartel, nós queremos apurar a sonegação, nós queremos apurar a adulteração, e qualquer ato maléfico contra o comércio varejista. Então, acho que é a preocupação dos Deputados, nós queremos identificar. Agora, vamos trabalhar para identificar os responsáveis, porque não acredito, pelos números que nos foram apresentados — pelo menos em Brasília, um caso assim típico também, onde cerca de 150 postos, mais ou menos, apresentaram algumas irregularidades —, mas isso não representa todo o comércio varejista entre cerca de 30 mil postos. Você tem no Brasil 1% ou 2% de casos. Então, eu acho que a revenda não é responsável. E nós estamos perto de chegar aos responsáveis. Então, pelo que eu ouvi, nos últimos depoimentos, grande parte desses problemas está na distribuição. Então, pelo menos, os que vieram aqui se defenderam. As grandes, por exemplo, 10 distribuidoras, representadas pelo SINDICOM, demonstraram para todos nós que não participam. Evidentemente, não estamos acreditando que participem. A BRASILCOM também apresentou uma lista de noventa e poucas distribuidoras que também não estão envolvidas em nada. E é prática até, é condição, para que eles sejam associados, de não participarem de nenhum problema que envolva irregularidade na revenda. Então, queria saber praticamente, Sr. Presidente, se há esse caso específico em cada Estado e se eles podem identificar realmente quem é responsável por essas práticas nocivas ao comércio dos derivados de petróleo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – O Deputado José Borba não se encontra presente. Deputado Luciano Zica. Deputado José Carlos Araújo.



O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, antes dos meus 3 minutos a que tenho direito, quero invocar uma questão de ordem baseada no Regimento Interno da Câmara dos Deputados No Capítulo III, que trata das audiências públicas, quero reiterar o que tenho dito aqui do despreparo e do descontrole do Deputado que me antecedeu falou sobre a Bahia, mas como eu não quero incorrer no erro e ter que ser chamado, admoestado, por V.Exa., porque V.Exa. terá que fazê-lo, porque no art. 256 do mesmo Regimento Interno, o inciso V diz: “*Os Deputados inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes*”. O que quer dizer, Sr. Presidente, que o assunto da Bahia não diz respeito a esta reunião. Portanto, o assunto da Bahia não pode ser tratado nesta reunião por esses assuntos que aqui estão. Só esses Estados que se fazem presentes podem ser interpelados, perguntados e tiradas todas as dúvidas. Portanto, é por isso que eu digo, Sr. Presidente, há despreparo. O Deputado Bassuma — eu peço a V.Exa. que mande apagar as luzes da televisão para evitar —, tal qual as mariposas esvoaçantes, o Deputado Bassuma gosta de procurar as luzes dos holofotes e da mídia. Talvez seja aquela luz que faz com que ele queira aparecer tanto na mídia e nesta Comissão. Por isso, Sr. Presidente, invoco o artigo do Regimento, e V.Exa., daqui para a frente, não pode permitir que os assuntos sejam, de maneira nenhuma, desvirtuados por qualquer que seja o Deputado. Portanto, Sr. Presidente, agora, falo nos meus 3 minutos, se V.Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Permitido, claro.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Pois é, Sr. Presidente, eu quero agradecer aqui, acho que as exposições foram satisfatórias. V.Exa., na outra sessão, na sessão anterior, teve a humildade de atender um reclamo do Plenário e retirou 2 requerimentos de convocação de 2 Governadores, mais 2 Governadores, porque era a vontade do Plenário. O senhor tinha que atender, o senhor é Presidente, mas o senhor tem que entender aqui, o senhor é Presidente para dirigir os trabalhos desta Comissão, mas o senhor não pode, por sua vontade, querer impor a sua vontade à vontade dos Deputados dentro deste plenário. Nenhum



Deputado pode fazer da sua vontade a verdade. Tem que ser respeitada a vontade da maioria. E assim fui eu, quando Presidente de uma CPI lá no meu Estado. Não quero tratar desse assunto, Sr. Presidente. Não quero tratar desse assunto, porque sou disciplinado, nunca precisei estar em nenhum hospital psiquiátrico, nem tomar remédio para depressão. Portanto, Sr. Presidente, quero colocar aqui os meus agradecimentos e me dou por satisfeito com a resposta dada por todos que já aqui estão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Eu vou pedir, encarecidamente, aos 2 nobres Deputados da Bahia, por quem tenho o maior respeito e carinho...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Dois não, um só, Sr. Presidente. Eu não mereço, eu não incorri em nenhum...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Então, eu, com o maior carinho, da forma como estamos levando esta CPI, estamos no início de um grande trabalho que vai ser feito neste País, só quero pedir um pouco de compreensão e, assim, ajudar nos nossos trabalhos. Eu acho que cada um de nós podemos ceder um pouco nas nossas argumentações para podermos conduzir de forma “brilhantosa”, como nós estamos conduzindo, os nossos trabalhos. Vou passar as respostas para a D. Maria da Penha.

A SRA. MARIA DA PENHA AMORIM SHALDERS – O Deputado Paulo Rubem perguntou quantos postos têm...

O SR. DEPUTADO BASSUMA – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem. Agora é grave, Sr. Presidente. Eu apenas fiz referência que eu tenho fatos e dados que eu vou entregar para todos. Ele acabou de dizer 2 palavrões terríveis contra mim aqui. Eu não vou citar, por questão de respeito. Perdeu completamente... Isso é quebra de decoro parlamentar, Sr. Presidente. Me xingou com 2 palavrões graves aqui agora, porque eu disse para ele: fatos e dados que todos vão receber. Isso é muito sério. E aí começa a perder o equilíbrio e eu acho que esta CPI tem que primar pelo respeito. Eu acho que a Bahia é um Estado da Nação tão importante quanto os que estão na Mesa. Peço também que este Plenário me respeite, principalmente esse Deputado que agora usou 2 palavrões de baixo calão, baixíssimo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Quero assim, com o maior respeito que eu tenho pelos 2 Deputados e pelo Estado extremamente importante, que é a Bahia, o início de tudo neste País, que os 2 Deputados ajudem a nossa condução dos nossos trabalhos. D. Maria.

A SRA. MARIA DA PENHA AMORIM SHALDERS – O Deputado Paulo Rubem questionou quantos postos têm atuado com benefícios fiscais e em que parcela do mercado têm atuado. Como, oficialmente, o nosso Estado não tem mais as liminares, a gente não tem esse registro. Que distribuidoras já foram indicadas, indiciadas, e que atuam atualmente com liminares, que já foram... Eu posso estar mandando os documentos para esta Comissão com as liminares que já existiram, que foram derrubadas a partir de janeiro de 2003. Oficialmente, realmente o sindicato não tem registro de nenhum posto.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Elas tiveram as liminares cassadas em janeiro deste ano.

A SRA. MARIA DA PENHA AMORIM SHALDERS – Começaram a acontecer em janeiro.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Por quanto tempo elas atuaram com o benefício de liminares?

A SRA. MARIA DA PENHA AMORIM SHALDERS – Posso estar trazendo essas informações sobre quanto tempo. São as duas perguntas que o Deputado Paulo Rubem tinha feito. Com relação ao Deputado Severiano Alves também, eu queria primeiro agradecer pelo apoio com relação ao depoimento do Presidente, esse apoio a nosso favor. A revenda realmente tem esse pensamento. Eu gostaria de agradecer o seu apoio. Apontar onde está a sonegação e a adulteração não é o papel do sindicato. Agora, a sonegação é uma questão da receita dos Estados. Adulteração, a gente tem a ANP, que é a Agência Nacional de Petróleo, que é a maior fonte, porque é ela que faz essas coletas e pode estar sendo consultada na Agência Nacional de Petróleo essa... O caso identificado, que tenha sido comprovado, também estão no *site* da ANP os casos comprovados. Se no Estado houve alguma CPI com relação à sonegação, à adulteração, no nosso Estado não tivemos. Está bom? Outras informações, como essas liminares, posso estar enviando mais tarde para a Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Sr. Steiner Jardim.

O SR. STEINER JARDIM – Deputado Paulo Rubem, nós não temos provas concretas. Soubemos pela mídia, por jornais, reportagens. Agora, concreta, não temos nenhuma prova sobre liminar. Sabemos que tem, mas prova não temos. Só isso que você perguntou, não é?

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Não. Perguntei, do conjunto das irregularidades que todos os senhores citaram, no seu Estado especificamente, se em algum momento distribuidoras atuaram junto aos postos, beneficiando-se de liminares concedidas, em primeira instância, pela Justiça do Mato Grosso do Sul. Se também os outros fatos aos quais se referiram, de adulteração de combustíveis, álcool transferido direto de usinas ou destilarias, que é a pergunta que farei na segunda etapa. Já que todo o mundo falou que em cada Estado tem um pouco de alguma coisa, queremos saber, mesmo não sendo papel do sindicato abrir inquérito nem apurar, mas que as coisas nos sejam apontadas com um pouco mais de clareza. Se não houver conforto nisso, que se faça por documento ou numa sessão reservada, mas se todos os senhores disseram que há irregularidade, que houve liminar, que há adulteração, que há isso, que há aquilo, vamos tentar apontar quem são os sujeitos dessas práticas, que são lesivas à concorrência, ao mercado e às empresas dos senhores.

O SR. STEINER JARDIM – Concordo, Deputado, mas não temos certeza absoluta. Jamais o SINPETRO pode confirmar uma coisa. Trabalho com companhias de porte grande, como a Ipiranga, a ASBEN, e não vejo isso nessas companhias que eu trabalho, correto? Das outras companhias só se ouve falar, essas companhias novas. No meu Estado mesmo há poucas distribuidoras, temos a Esso, a Texaco, a ASBEN, a PETROBRAS, a Simareli, a Tauro. Não ouvimos falar nessas empresas. O que acontece é que escutamos comentários de que chegou produto, isso, que estão comprando de fora. Agora, onde? Ninguém viu, são só comentários.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Uma última reflexão: o senhor ouviu falar, tomou conhecimento, as pessoas comentam, etc., mas essas empresas, digamos, as novas ou as emergentes, que eventualmente entram, os senhores sentem, na prática, as alterações na concorrência?



O SR. STEINER JARDIM – Não, na nossa distribuidora que tem em Campo Grande, não ouvimos falar nada delas, de forma nenhuma. Ouvimos falar de fora, comentário, como a de Paulínia, comentário, mas sem nome, não tenho nome, não tenho nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Tem a palavra o Sr. Adão de Oliveira da Silva.

O SR. ADÃO DE OLIVEIRA DA SILVA – No meu Estado, o Rio Grande do Sul, existe, como já relatei, um percentual mínimo de sonegação de impostos e adulteração de combustíveis, de gasolina. Através dessa força tarefa que criamos, que estão atuando na fiscalização, já foi constatado, está em processo, que a Promotoria do Ministério Público, que está acompanhando os processos e a Delegacia do Consumidor — DECON, que está fazendo esse trabalho e está atuando nesses processos que ainda não estão concluídos, eles vão ser ouvidos na CPI. Já foi fechada uma distribuidora. O que existe muito são distribuidoras clandestinas, que não são essas distribuidoras tradicionais nem outras que vêm de fora do País, porque não temos lá essas distribuidoras pequenas, como chamam; Há três, mas de pessoas idôneas, honestas, que estão aparentemente trabalhando muito bem. Mas vêm de fora do País, principalmente Paraná e Santa Catarina, combustíveis que, talvez, seja por outras distribuidoras ou distribuidoras clandestinas que entram no Estado. Mas temos na força-tarefa, onde participa a Secretaria da Fazenda, os fiscais, nos diversos postos fiscais, e que estão fazendo uma investigação muito forte. Então, isso está inibido. Em uma dessas distribuidoras clandestinas que havia na cidade de Pelotas foram apreendidos os materiais, até os proprietários, que saíram com *habeas corpus*, mas estão respondendo inquérito. Há pouco tempo, em Canoas, num depósito clandestino, pegaram 80 mil litros de álcool anidro, que eram usados para fazer o álcool combustível, colocam lá, no álcool anidro, e faziam o álcool combustível, distribuindo nos postos. Através disso, o Ministério Público instaurou o processo, e principalmente quem estava entregando esses combustíveis já foi preso. E os postos que estão recebendo já estão sob investigação, vão responder e são obrigados a indicar a procedência desses combustíveis. Não temos nenhuma liminar sobre impostos de combustíveis. Seria apenas isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Sr. Joseval.

O SR. JOSEVAL ALVES AUGUSTO – Deputado Paulo Rubem Santiago, do nosso Estado, o senhor falou sobre o percentual de sonegação do álcool. V.Exa. fez parte da CPI e sabe que, na medida que o Estado é produtor, como o nosso, com vinte e tantas destilarias, torna-se muito difícil esse acompanhamento. Sabemos disso porque os números de mercado que temos são insignificantes, nós temos alguma coisa equivalente a 5 mil litros, por mês, por posto, e sabemos que isso é muito pouco. Lamentavelmente, no Estado, temos determinadas circunstâncias que já vêm de situações anteriores, nas quais tanto existe o álcool clandestino, como existe aquele que, indiretamente, é repassado para os postos. Para nós, o Sindicato, o nosso trabalho tem sido mostrar diretamente o que se passa no mercado. Essa fiscalização, esse acompanhamento de polícia, Deputado, lamentavelmente, por mais que a nossa casa, que reputamos como séria, tenha procurado, com os Poderes Constituídos, principalmente a Secretaria de Fazenda, se torna quase impossível termos esse posicionamento. O senhor sabe muito bem que são 26 destilarias, em algumas foi feito um trabalho em suas cercanias, com algumas melhorias no índice de arrecadação, mas o senhor sabe que, pelo próprio resultado que dei, de diferenças de quase trinta e poucos por cento, está mais do que claro. E o Sindicato tem a preocupação de colocar que não somos agentes de polícia, lamentavelmente. Nosso objetivo principal é mostrar os locais. O Estado tem que ter os meios para fazer essa prática. Sabemos perfeitamente as limitações, temos procurado trabalhar com todas as autoridades, e V.Exa. sabe muito bem disso, porque acompanhamos o trabalho de V.Exa. na CPI, em Pernambuco, e os resultados que dela advieram. Se V.Exa. verificar hoje, por exemplo, TRRs, no nosso Estado, praticamente acabou, e foi um trabalho de V.Exas., autoridades constituídas. Agora, por exemplo, o álcool hoje, lamentavelmente, é uma terra sem lei, e, por mais que queira, não é minha função, muitas vezes os sofismas, as sofisticções dificultam muito, até para V.Exas., que são autoridades, a fazer esse acompanhamento. Com relação à pergunta do Deputado Severiano Alves: onde está a sonegação? A sonegação, Deputado, é obra de profissionais. Estamos nesse negócio há 34 anos de vida. Quando se tinha o imposto único já existiam alguns tipos de sofismas. A cada dia que passa, o que sentimos é que a sofisticção na



sonegação evolui. E acho que a busca de se definir onde está a maior culpa, se está na revenda, acho que todos têm culpa. Isso não é hora de... Acho que a lavagem de roupa deve ser muito mais, no meu modo de ver. Nós, revendedores, devemos acompanhar as autoridades — e isso nós fazemos. O Deputado Paulo Rubem sabe disso, como é o nosso comportamento em Pernambuco. É preciso fazer um trabalho na revenda, na distribuição. Senão, vamos misturar o joio com o trigo. E a simples colocação de se ver, em nosso caso específico, uma média de 5 mil litros de venda por posto, sabemos que há sonegação. Na medida em que trabalhos como esse sejam feitos, com a seriedade que estou vendo, acompanhando, desde os primeiros momentos, nós estamos acreditando que chegaremos a ter um basta nessa situação. E, no que tange a nós — estou falando por mim, mas tenho certeza de que todos os outros companheiros também têm essa mesma filosofia de procedimento... Infelizmente — o termo é esse —, a sofisticação da sonegação é muito grande. Ela evolui de uma hora para outra, com sofismas. No começo, o senhor se lembra bem, Sr. Paulo Rubem, a coisa era somente TRR. Sangrou-se os TRRs, praticamente. Hoje nós não temos praticamente TRRs com sonegação. A sonegação está mais em cima. Mas, no que depender da nossa casa, vamos ajudar todas as autoridades no que se fizer necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) - Quero passar a Presidência para o nobre Deputado Paulo Rubem.

O SR. DEPUTADO SEVERIANO ALVES - Só sobre a CPI. Já que houve uma CPI em Pernambuco, que ele não me respondeu, se houve conclusão da CPI e se o Sindicato dispõe de relatório para fornecer à Comissão.

O SR. JOSEVAL ALVES AUGUSTO - Nobre Deputado Severiano, esse é o relatório que foi feito na conclusão dos trabalhos, que inclusive teve um elemento desta Casa, Deputado Paulo Rubem, agora na Presidência dos trabalhos. Nós trouxemos exatamente com esse intuito. Estou passando às mãos do Deputado Paulo Rubem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Eu tomarei a liberdade de contribuir com a ponderação do Deputado Severiano Alves, dizendo que, inclusive, recentemente o Superior Tribunal de Justiça manteve a decisão da Justiça estadual de Pernambuco no tocante ao pedido de quebra dos sigilos



bancário e fiscal de uma distribuidora, a Total Distribuidora, que, na CPI, foi objeto de uma ação de apreensão de equipamentos, computadores, documentos fiscais e contábeis. Posteriormente, recorreu da decisão da Justiça estadual contra a quebra de sigilos bancário e fiscal. E, com a morosidade do nosso processo judiciário, só agora em 2003, 2 anos e 8 meses após a conclusão da CPI, manteve o STJ essa decisão, o que vai implicar uma sobra de relatório para nós no caso das investigações de Pernambuco e do Nordeste. Com a palavra o Deputado Luciano Zica.

O SR. DEPUTADO LUCIANO ZICA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejo, com muita preocupação, o mercado que nós estamos incumbidos de investigar. Acho que, infelizmente, os órgãos públicos incumbidos da fiscalização, no caso do CADE, por exemplo, na minha opinião, têm agido com absoluta ignorância da matéria. Acho que há, de fato, maus comerciantes e maus empresários em todos os segmentos e neste também há. Acredito até que haja em alguns locais a formação de cartel, já que é da natureza do mercado essas artimanhas para aumentar lucros. Mas eu tenho visto ações do CADE, no caso do setor de combustíveis, questionando diferenças pequenas de valores de 1, 2, 3 centavos, como sendo a característica da formação de cartel, em um mercado onde nós temos o produto na origem com o mesmo custo, política tributária definida com o mesmo custo, energia elétrica, enfim, todos os componentes de custo da atividade com valores fixos, muito parecidos ou iguais. Então, é uma preocupação. A outra questão é uma notícia que eu vejo hoje aqui de que a rede Sonai de supermercados vai investir 12 milhões em 24 postos de gasolina para a rede Big de Supermercados. Isso é uma coisa que não é criminosa, porque não é ilegal, mas é, no mínimo, imoral para o mercado de combustíveis se estabelecer que, numa cadeia onde milhares de pequenos comerciantes atuam no País, as grandes redes se aproveitem de uma compensação de ICMS para induzir o mercado à fraude. Nesse sentido — eu estou falando mais no sentido de contribuir para a reflexão e solicitar a colaboração das pessoas —, eu estou solicitando um estudo de caso à nossa Consultoria Legislativa, com vistas a fazer um projeto de lei que, no âmbito federal, proíba esse tipo de negócio. Há, em alguns Estados, projetos tramitando. Eu conversei com o Governador do Estado de São Paulo, no sentido de aprovar um projeto do Deputado Estadual Jorge Caruzzo, que não é do



meu partido —, portanto, não há a menor dúvida de que possa estar defendendo um projeto do meu partido —, que propõe a vedação a esse tipo de compensação, porque o que está acontecendo é um escândalo. Os Estados estabelecem a base de cálculo para incidência do ICMS num valor muito acima do preço de mercado, o que gera, portanto, um crédito maior de ICMS. Aí, depois, a rede de supermercados deduz da conta daquele ICMS um valor absolutamente incompatível com a realidade do mercado e leva à falência a grande maioria dos postos que estão na região. Eu acho que é uma questão de defesa da economia popular e dos pequenos no Brasil que nós façamos essa ação. Por outro lado, é importante que tenhamos claro que, como nessa CPI está estabelecido um cronograma de trabalho, nós nos mobilizemos. Eu estou aqui hoje com um requerimento de urgência também e eu queria o apoio dos companheiros — que procurassem influir no sentido de garantirmos a urgência —, com vistas a aprovar a regulamentação da Emenda 33, que estabelece a unificação das alíquotas do ICMS em nível nacional e que dá uma outra contribuição importante. Estabelece, para eliminar esse abuso dos Estados, uma base de cálculo elevada, que tira do cidadão, às vezes, 20 centavos por litro de gasolina a mais, a título de ICMS, porque coloca uma base de cálculo muito acima do preço praticado, e depois os grandes grupos vão atrás e pegam o dinheiro. O consumidor paga, o Estado não recebe, e se provoca um desequilíbrio também no mercado. Então, nós tínhamos que estabelecer, como base de cálculo, o valor de faturamento do importador ou do produtor para a distribuidora. Essa seria uma forma de dar um tratamento mais igualitário nacionalmente para a alíquota do ICMS. Elevaria, com certeza, a receita dos Estados, na medida em que elimina a fraude. Então, nós estamos apresentando aqui um pedido de urgência urgentíssima. Já colhi a assinatura do autor do projeto, Deputado Eliseu Resende, a minha própria, e vou procurar os Líderes dos partidos, no sentido de garantir que esse projeto seja aprovado em tempo para se regulamentar, e para que, no próximo ano, possamos dar um fim nessa fraude da alíquota diferenciada do ICMS. Então, paro por aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) - Eu quero informar aos Srs. Deputados, por encaminhamento da Secretaria da CPI, que já foram encaminhadas aos gabinetes de todos os Deputados, com recibo, cópias dos



relatórios finais das CPIs dos Estados de Pernambuco e da Paraíba. Os Srs. Deputados, nessas nossas correrias, talvez não tenham tido tempo para chegar até esses relatórios. E alguns membros novos, que foram indicados pelos partidos, receberão logo em seguida. Na seqüência, o Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, apesar de não ter ouvido o que foi dito aqui pelos nossos convidados, eu acho que devo primeiro agradecer a eles por estarem aqui hoje prestando essas informações que, sem sombra de dúvida, vão ilustrar o trabalho desta Comissão. Mas eu também gostaria de fazer a minha pergunta a ele numa área que eu tenho, que é o que eu faço, que é a minha profissão, que é o que eu sei, estou mais perto, é que se eles têm conhecimento realmente dessa indústria de liminares nos seus Estados e se têm conhecimento, se podem dizer as empresas, independente de CPIs e tudo mais que custam a chegar aqui, se têm conhecimento, quais são essas empresas, até porque nós temos que fazer uma checagem com a relação de empresas autorizadas pela ANP e também com cadastro da Receita Federal. E, mais do que isso, se também têm alguns outros dados a nos fornecer com referência a essas sonegações. A pergunta, realmente, são para os três convidados que já relataram, já falaram o que tinham que falar. Muito obrigado. Desculpe-me, mas parece que são quatro representantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Eliseu Padilha. *(Pausa.)* Não está no momento. Deputado José Borba. *(Pausa.)* Deputado Marcus Vicente.

O SR. DEPUTADO MARCUS VICENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu gostaria de justificar a minha participação. Eu não sou membro desta CPI, mas, como Deputado da Casa, acho que é um assunto extremamente importante para o País. Acho de uma importância, um segmento que emprega 300 mil pessoas diretamente e quase 1 milhão de pessoas indiretamente. Um segmento que merece da sociedade brasileira todo o nosso respeito. Por isso, achei de bom alvitre, embora eu nunca tenha assinado uma CPI. Esta CPI, realmente, ia ser instalada na Casa, porque aqui é a casa do pensamento nacional e aqui nós devemos debater os grandes assuntos de interesse da Nação. Por isso, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a presença dos Presidentes dos sindicatos,



porque eu tenho acompanhado o trabalho do sindicato do Espírito Santo, aqui representado pela Maria da Penha. O nosso Estado, por ser um Estado que tem uma vocação portuária muito forte, com importantes portos, onde escoam grande parte, ou uma boa parte da exportação brasileira e também da importação, é um Estado que também tem a vocação para facilitar esse tipo de fraude no combustível. Eu gostaria, então, de fazer uma pergunta. Eu vou ser bem objetivo, como é de praxe, com relação aos regimes especiais. A Maria da Penha já colocou isso; o Presidente Joseval também colocou que, no Rio Grande do Sul, não tem, em Pernambuco não tem. Mas nós assistimos, nos últimos anos, a uma chuva de liminares no Espírito Santo com relação a essas indústrias, garantidas com alguns segmentos do Judiciário e também de regimes especiais que causam grande diferenciação nas alíquotas de ICMS com relação aos outros Estados. Mas aí a pergunta eu faria para os três, porque nós temos aí pontos que são importantes quando se pensa o início da produção na refinaria, o meio, que é a distribuição e da revenda. E nós sabemos, eu posso atestar isso pelo meu Estado, da seriedade com que os sindicatos têm trabalhado no varejo nessa questão porque, na verdade, o grande beneficiário ou o grande prejudicado é o consumidor, somos nós, os consumidores. E sei da seriedade nesse sentido. Mas nós precisamos de contribuições dos sindicatos para que a Casa possa avançar e dar uma resposta para o País. Então, a minha pergunta é se os Presidentes dos sindicatos, pelo menos por ouvir dizer, além das questões dos regimes especiais e principalmente das liminares que se tornaram, em alguns casos ou em muitos deles, um “negócio” — entre aspas —, principalmente por algumas distribuidoras que têm nas suas vendas as bandeiras próprias, o grande gancho, se os senhores têm conhecimento se podem fornecer, senão numa sessão aberta, mas numa sessão fechada, para os Deputados desta Comissão, para o Relator, para o Presidente da Comissão, informações que sejam importantes, que possam ser checadas com a Receita Federal, que possam ser checadas com as Secretarias Estaduais, que possam ser checadas com a Agência Nacional de Petróleo, que tem a competência da regulamentação, mas também da fiscalização com relação a isso. Se os senhores podem passar informações com relação a isso, à essa questão da indústria de liminares, dos regimes especiais, que são, na verdade, o grande vilão dessa



história toda, entre o refino, no início, e a revenda, lá na ponta, que os senhores representam. Essa pergunta eu acho que ela vai, se ela não puder ser respondida aqui, Sr. Presidente, por uma questão de segurança — sei que estamos mexendo com uma coisa muito importante —, quero dar uma contribuição neste sentido, mas que possa ser feita num próximo momento e de forma fechada essa resposta a esta pergunta. Na verdade, acho que a grande dor de todo este momento é a questão da adulteração e das liminares que se tornaram um negócio para alguns segmentos das distribuidoras, que sabemos que estão aí. Eu acho que a revenda tem que oferecer essa contribuição para a CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Obrigado, Deputado. Com a palavra o Deputado Carlos Santana.

O SR. DEPUTADO CARLOS SANTANA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, convidados presentes, nobre Relator, primeiro quero agradecer a presença dos 4 convidados da nossa CPI. Ao mesmo tempo, sei que a tarefa de vocês, presidentes de sindicatos, é muito difícil em relação a esta CPI. Sei que vocês até gostariam de estar falando mais coisas, mas a gente sabe da pressão que vocês estão sofrendo. Por isso, cada vez se torna mais importante para nós... Como vários Parlamentares falaram aqui, existe uma cadeia, que é uma cadeia de sonegação e adulteração neste País e a questão do cartel. O cartel é mais difícil de se descobrir, porque têm todas umas normas internas que é muito difícil, mas quero fazer uma pergunta simples. A gente sabe que sumiram 10 caminhões, foram apreendidos. Isso saiu na reportagem, saiu na imprensa. Esses caminhões não foram apreendidos à toa. Então, tem problema. Eu quero assim, com muita sinceridade, com muita paciência, eu não acredito que nenhum Estado não tenha problema. Uns maiores, outros menores, mas têm. Não vamos nós aqui dizer que não tem. Estou dizendo isso porque depois pode chegar na frente e nós vamos descobrir. Nós vamos descobrir que tem problema. Agora, sei que a tarefa de vocês não é tarefa policial. Essa não é a tarefa policial. Então, só quero fazer duas perguntas. Primeiro, se algum posto de gasolina... Vocês, Presidentes de sindicato, sempre têm informação que vai ao sindicato. Pode dizer sim ou não. Para mim tanto faz. Se vocês sabem no seu Estado que algum posto de gasolina foi obrigado a vender gasolina adulterada ou gasolina com efeito de liminares. Se eles foram



obrigados, porque de repente pode acontecer isso. E quantos postos de gasolina têm bandeira branca nos seus Estados. São estas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Rubem Santiago) – Vou devolver a Presidência dos trabalhos ao Deputado Carlos Santana. Temos inscritos, pela ordem... Retornou o Deputado Ricardo Barros, que estava inscrito. Deputados Serafim Venzon, Eduardo Gomes, João Caldas, Pompeo de Mattos, Alexandre Santos e este Deputado para uma segunda etapa. Devolvo a Presidência ao Presidente Carlos Santana. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputado Ricardo Barros.

O SR. DEPUTADO RICARDO BARROS – Vou abrir mão, Sr. Presidente, porque já foram respondidas as questões que eu gostaria de fazer. Outros colegas já as fizeram e estou satisfeito com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Obrigado. Deputado Marcus Vicente. Já falou, não é? Deputado Serafim. *(Pausa.)* Não está presente. Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES – Sr. Presidente, para cumprimentá-lo e cumprimentar o nosso ilustre Relator e todos os convidados desta audiência pública da CPI dos Combustíveis. No intuito de colaborar, Sr. Presidente, com os trabalhos desta CPI, informo que a minha pergunta é quase a mesma que V.Exa. acaba de fazer. Portanto, para melhorar o andamento dos trabalhos, vou abrir mão da minha intervenção, apenas fazendo uma observação ao nobre Presidente, porque agora em cadeia nacional, num depoimento demorado, a Ministra Dilma Rousseff fez uma longa explanação sobre a composição de preços de combustíveis e uma interpretação profunda do setor. Eu quero fazer o registro aqui da responsabilidade que a Ministra tem como Ministra de Estado, mas também apelo para a sensibilidade daquele Ministério, por estarmos com uma CPI em curso que tem repercussão em todos os Estados brasileiros e em todos os Municípios. Que esta Presidência, através do bom relacionamento também que tem com o Ministério, procure alertar inclusive à assessoria da Ministra no sentido de que dados foram expostos, foi uma longa explanação ao vivo na televisão sobre assunto dinâmico e amplo como é a questão dos combustíveis no Brasil. Poderíamos até ter aproveitado esse material que a Ministra acaba de divulgar em âmbito nacional para a



composição de preços ao consumidor. Portanto, fica como sugestão a V.Exa., que tem uma dinâmica muito grande com relação à condução desta CPI, que o Ministério colabore, porque esses dados que a Ministra expôs nacionalmente poderiam estar sendo discutidos por todos nós aqui e elucidando dúvidas e até colaborando com este momento em que os representantes dos sindicatos vêm, também até em determinados casos sob pressão, explicar a esta CPI toda a dinâmica desse setor. Portanto, fica essa observação no sentido positivo de estarmos auxiliando inclusive a população brasileira, para que a Ministra envie a esta CPI... A discussão seria muito mais rica se, ao invés simultaneamente de ela estar anunciando medidas, estivesse atenta para a questão de que está em curso uma CPI ampla, que é o fórum correto para discussão desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Agradeço ao nobre Deputado. Vou pedir à nossa Secretaria que envie ofício ao Ministério pedindo todo esse material que foi divulgado hoje, neste momento, para que depois os Deputados que o queiram possam fazer parte. O Ministério vai ser convocado a estar aqui para prestar esclarecimentos. Já há requerimento aprovado e, no momento oportuno, o Ministério vai estar no debate conosco, mas quero agradecer-lhe. Nobre Deputado João Caldas.

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, Deputado Carlos Santana, eu estava com um material aqui, mas o deixei na minha bolsa no carro, mandei apanhar, infelizmente não chegou ainda. O que eu ia falar está relacionado a uma série de matérias que estão nos jornais e principalmente na CPI do Estado de Alagoas, que teve até um trabalho conjunto com a CPI de Pernambuco, mas o pessoal saiu com o carro e vou deixar para fazer a fala *a posteriori*. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Eu é que agradeço. Nobre Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Sr. Presidente, eu já fiz as minhas perguntas, estou aguardando as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Desculpe-me, é porque aqui não estava anotado. Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, quero saudar V.Exa. e saudar cada um daqueles que, chamados pela CPI, vêm colaborar,



especialmente os nossos dirigentes das instituições, das revendedoras, enfim, das empresas que atuam na área dos combustíveis e especialmente o Adão Oliveira da Silva, que conheço e que, se não me engano, ouvi falar ontem de manhã na *Gaúcha*. Mas te cortaram, né? Estava falando, mas te cortaram pela metade porque o horário estava em cima. Eu acho que você voltou a falar depois, não é? Daí eu saí fora porque vim para Brasília. Aquela hora estava indo para o aeroporto. Aliás gostei das suas palavras. Mas, eu quero... A primeira questão, Presidente, é que nós participamos da CPI do Roubo de Cargas, aliás, não é uma CPI, mas uma CPMI – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com Deputados e Senadores. E na CPMI nós detectamos, assim, várias quadrilhas que roubavam carga, que adulteravam carga. Então, quero fazer primeiro um pedido a V.Exa., que contatasse no Senado, mais especificamente com o Sr. Naurides, que trata das questões da CPI, até para resgatar aquele material e, a partir dali, nós possamos instrumentalizar algumas ações, especialmente. Nós temos fatos relevantes em São Paulo, até envolvendo a PETROFORTE, envolvendo Ari Natalino. Enfim, que nós possamos ali... Nós temos algumas notícias importantes ali que podem colaborar com o trabalho que a CPI começa a implementar. Eu gostaria, em um segundo momento, de questionar os nossos convidados. Que eles pudessem discorrer. Nós sabemos que existe gasolina adulterada no Brasil e em todos os Estados. Isso é pacífico. Uns Estados mais, outros menos, mas cada um tem um pouco. Que eu diga em São Paulo, onde eu pude constatar, as notícias contam inclusive do episódio da morte do promotor em Minas Gerais, que era em função desse episódio. O que as entidades poderiam apontar para a CPI em termos de documento, de informações relativamente à adulteração de combustível? Se não quiser citar, que nós não queremos também aqui ninguém de dedo-duro, ainda mais dirigente de entidade, mas, por exemplo, informar à CPI sobre o que as entidades sabem relativamente ao *modus operandi*, como é que se processa a adulteração de combustível, qual é o mecanismo mais comum, o mecanismo usual da adulteração. Qual é o combustível que é mais adulterado? É a gasolina, é o álcool, é o diesel? Enfim, essa outra questão relativamente à questão do ICMS que nós constatamos muito. Estados que não têm o ICMS ou têm o ICMS muito insignificante e outro Estado tem um ICMS muito significativo. Aí, enfim, os caminhões transitam, há um trânsito de nota, os



caminhões nem transitam naquele Estado, mas, é destinado àquele Estado, no entanto, descarregam lá no meio do caminho. O que as entidades sabem relativamente a essa triangulação que existe e que acaba sonogando o Fisco? E que quem sonoga o Fisco, quer dizer, já está no descaminho. O passo seguinte é adulterar, enfim, é desviar, é roubar combustível. Nós sabemos que tem isso. E quando as vítimas são os próprios associados das entidades que, eventualmente, estão aí pagando essa conta ou transferindo, pelo menos, essa conta depois para o próprio consumidor. Eu ficaria nessas duas questões, Presidente, para não aprofundar mais. E eu sei que eu quero dizer, Presidente, estou chegando e quero colaborar, e muito, com a CPI, até com a experiência que tenho da CPI do Roubo de Cargas, onde nós investigamos, e muito, a questão da adulteração de combustível, do desvio de combustível e do roubo de combustível, inclusive essa triangulação de combustível, relativamente a Estados em que o ICMS é maior, Estados em que o ICMS é menor, se tira a nota para o menor, não se paga, descarrega onde o ICMS é maior e alguém ganha com isso e, conseqüentemente, alguém paga. E como do lombo saem as correias, quase sempre é do lombo da gente, que a gente acaba pagando essa conta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Eu que agradeço, nobre Deputado Pompeo de Mattos. É importante V.Exa. estar participando desta CPI com a experiência que teve na CPI do Roubo de Cargas e que a gente está aqui recebendo, entendeu, para abrilhantar esse trabalho. Nobre Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores expositores, nobres Deputados, no dia de hoje, a Ministra de Minas e Energia faz uma grande exposição na televisão sobre as tarifas, os combustíveis, encaminha todas explicações necessárias que deveriam ser praticadas pelo comércio. O Presidente Lula diz que tem que ter muita gente na cadeia, tem que arrebentar as caixas-pretas que estão aí. E nós, aqui na CPI, estamos com dificuldades que venham até nós os verdadeiros caminhos da sonogação, da distribuição e da adulteração dos combustíveis no País. Ouvi o Presidente aqui solicitar aos senhores e falar para os senhores... Até que os senhores, que são representantes das entidades, estão sofrendo pressões, nós sabemos. Em primeiro



lugar, eu queria alertá-los, a todos os senhores, essa é uma Comissão de investigação, para saírem daqui procedimentos para que nós possamos penalizar, buscar e sanar, de uma vez por todas, as arbitrariedades que estão sendo feitas nesse campo. Então, eu perguntaria a cada um dos senhores – queria deixar os nomes dos senhores bem claro, para que amanhã, se nós tivéssemos que tomar algum procedimento, eu tivesse aqui... Eu peço à Mesa para que, na hora da transcrição, faça pessoa por pessoa, representante de cada instituição — quais são os descaminhos dentro dos setores dos senhores, quem são os participantes, quais as pressões que os senhores estão tendo, a cada instante, no comando que os senhores têm, quais são as pressões que estão fazendo com os senhores, e quem está fazendo. Porque nós não podemos permitir, pensar que os senhores, que representam nobremente tantas pessoas, podem estar vinculados nesse procedimento. Então, se os senhores hoje estão na CPI, aqui é o momento de a gente dizer. Não é dedurar, não. Nós estamos numa investigação, de que todos nós estamos fazendo parte. Então, pediria aos senhores, dentro da experiência, do saber, que está muito mais avançado do que nós aqui, dentro do nosso trabalho, que os senhores nos dissessem quais são os descaminhos — não precisa dizer os nomes —, quais são as pressões, de quais setores que estão vindo, para inclusive apoiar o meu Presidente. Não posso permitir. Se sei de alguém aqui dentro que está sofrendo pressão de alguém, vou botar a Polícia Federal, imediatamente, em cima dessa pessoa. O Ministério Público Federal, imediatamente. Nós não podemos ter aqui pessoas que venham aqui e tenham pressão para não falar. Esta Casa aqui é a Casa que vai buscar a verdade. Portanto, pediria aos senhores que, a cada um, se soubesse, se sabe e se está, por favor, nos comunique, para que nós possamos dar as garantias necessárias aos senhores, ao trabalho dos senhores e também, amanhã, não ver os senhores envolvidos nesse mar de lama que está tomando conta do País. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Eu que agradeço ao nobre Deputado Alexandre Santos. Queria saber do nobre Deputado João Caldas, já que os documentos chegaram, se ele gostaria de fazer suas perguntas e suas ponderações.



O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Presidente, eu queria encaminhar à Secretaria da CPI, a V.Exa., esses documentos. Queria ver se podia ser verbalmente, ou tenho que fazer um requerimento, um ofício entregando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Era de praxe, no Regimento Interno, fazer por escrito chegar a...

O SR. DEPUTADO JOÃO CALDAS – Posso protocolar na... Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Obrigado. O último inscrito é o nobre Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO – Sr. Presidente, mais uma vez aqui se fez referência aos trabalhos que nós realizamos na CPI de Pernambuco. E, sem querer antecipar, eu gostaria de entrar em detalhe no tocante à comercialização do álcool. Nós, em Pernambuco, porque somos um dos grandes Estados produtores de açúcar e álcool do País, já vínhamos sofrendo as conseqüências desse processo de reordenamento do Estado brasileiro para que se reformulasse a regra de comercialização, a extinção do IAA, a modificação dos sistemas de cotas. Mas vale salientar que a suspensão dos sistemas de cotas para o pagamento dos subsídios ao álcool se deu exatamente pela ocorrência de gravíssimas fraudes contra a Fazenda Nacional. Depois, essas cotas se transferiram para os plantadores da cana-de-açúcar e aí, mais uma vez, fraudes homéricas ocorreram, e o pagamento desses subsídios foi suspenso, inclusive com uma ação da Procuradoria da Fazenda, lá, junto ao Tribunal Federal da 5ª Região. Mas eu queria me detalhar especialmente ao nosso Presidente do Sindicato de Pernambuco, mas também aos demais Estados, embora não sejam tradicionalmente Estados produtores do álcool e não tenham, na sua indústria, um grande número de usinas e destilarias. No caso específico do álcool, a Presidenta do Sindicato do Espírito Santo fez uma referência direta, citando até as diferenças de preços. No caso específico do álcool, o Presidente do Sindicato de Pernambuco deu a entender que haveria uma margem de algo em torno de 5 mil litros de álcool, em tese, comercializáveis por postos. Se nós calcularmos essa margem pelo menos pelos postos da região metropolitana, que foram citados 330 postos de mil postos no Estado e um total de 100 milhões de litros, eu perguntaria ao Presidente do sindicato: qual é o volume comercializado de álcool no Estado? E aí estenderia a



pergunta aos demais Presidentes dos sindicatos. E, deste volume comercializado, quanto se sente, no mercado, pelas diferenças de preços? Porque, aí, uma simples anotação em uma tabela indicará que há diferenças evidentes, e, certamente, os postos que estejam praticando preços muito abaixo da média devem estar recebendo esse álcool com alguma condição especial, ou de prazo para pagamento à destilaria, ou esse álcool vem na madrugada, é o chamado álcool barriga branca. Então, em Pernambuco e nos demais Estados, quais são as parcelas do mercado do álcool comercializado? E, em que incidência verificam-se preços praticados muito abaixo até daqueles que a maioria dos postos adquirem junto às usinas ou destilarias, para que mais adiante, Presidente, Deputado Carlos Santana, quem sabe, nós possamos abrir uma outra linha de sub-relatoria ou de investigação específica no tocante especialmente à produção é à comercialização do álcool.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Vou passar aos nossos convidados. Sr. Joseval.

O SR. JOSEVAL ALVES AUGUSTO – A primeira solicitação foi do Deputado Nelson Bornier — as empresas com liminares. Na realidade, liminar em Pernambuco entra num dia, sai no outro, esse é um trabalho de seqüência muito grande. Atualmente, em vigor, existem três liminares, e os responsáveis por essas liminares estão afirmando na mídia que não estão utilizando esses procedimentos. Na realidade, para o sindicato fica difícil saber, especificamente, Deputado, até que ponto vai esse valor ou aquele outro. Não sei se atendi à pergunta da forma como me foi relatada. O Deputado Marcus Vicente especificou sobre indústria de liminares. Esse termo, indústria de liminares, é bastante abrangente, e, na realidade, a sofisticação das liminares a cada dia evolui, e evolui porque nós temos um Estado pobre, de balde tenhamos um número de destilarias muito grande, especificamente o caso nosso, lá de Pernambuco. Mas o fato é que houve uma especialização, em Pernambuco, muito grande nessa obtenção e nesse desenvolvimento de liminares. Hoje, a cada dia, a gente, que está no mercado, acompanha determinadas liminares que são pedidas. Algumas são conseguidas e ficam suspensas, e para nós, do setor, fica muito difícil. Era preciso que eu tivesse um *expert*, para saber, paritariamente, cada desenvolvimento daquilo que está sendo feito, na seqüência de cada um. O Deputado Carlos Santana nos pergunta sobre a situação de bandeira



branca. Hoje, os postos, de uma maneira geral, quando não conseguem financiamentos das suas distribuidoras — e a cada dia mais isso é difícil, porque nós convivemos, de um lado, o joio com o trigo, um sufocando o outro... Mas, Deputado, é muito simples: quando o senhor vê, caso específico de álcool, pessoas vendendo álcool a 1 e 29 — nosso caso específico — e outros vendendo a 1 e 65, a simples verificação visual já é mais do que suficiente para se saber quem é quem. Não precisa nenhuma outra colocação, basta tão-somente verificar-se se tem a liminar, qual a origem, qual a seqüência, qual a venda desse posto. Se isso for feito, se apanha de uma maneira direta, fácil e objetiva. Isso não é só no meu Estado, que é produtor; é em qualquer Estado. Não há muito segredo para isso aqui. O segredo é um número. A companheira Penha falou aqui de diferenças no Estado dela ao redor de 50% a 60%. Quer dizer, não tem muito segredo. O que falta, lamentavelmente, é um acompanhamento da autoridade competente. Nós, sindicato, sofremos as agruras de estarmos num setor que tem pessoas que trabalham com consciência profissional e zelo e dedicação, sem ganhar nada. E a cada dia que passa, no meu Estado — e o Deputado Paulo Rubem está aqui, não vai me deixar faltar com a verdade —, é a substituição paulatina daqueles que eram comerciantes e que não têm condições de competir. Pelo menos no nosso Estado, essa é a situação. Com relação ao Deputado Pompeo Mattos, que pediu o apontamento de documentos de adulteração mais comum com relação ao ICMS, Deputado, o ICMS no nosso Estado, no tocante a álcool especificamente, é uma coisa cristalina: o ICMS é alto, 25%. Quem paga está fora do mercado. É um convite inteiro, total e absoluto a quem quer viver na marginalidade. Isso nós, sempre que vamos às autoridades constituídas... E o Secretário da Fazenda que assumiu, nós já estivemos com ele uma vez. A média de visita à Secretaria é a cada 60 ou 90 dias. Mas, lamentavelmente, o que se obtém na prática é muito pouco, no meu modesto modo de ver. A cada virada de preço, onde a diferença aumenta, o prejuízo daqueles que são idôneos cresce geometricamente. A questão do Deputado Alexandre Santos: quais os descaminhos necessários do setor? Deputado, eu tenho, nessa brincadeira do setor, 35 anos. Trabalhei numa distribuidora durante 17 anos. Então, a metade da minha vida foi trabalhar numa distribuidora, quando o imposto era único e quando a gente sabia como é que o sentido dos impostos funcionavam. Hoje, Deputado,



lamentavelmente, eu não os sei, porque num Estado produtor como o meu, às vezes existe até dificuldade para se colocar a fiscalização próxima de algumas destilarias. Existem determinados escritórios que se especializaram. Quando o carro sai do local produtor, antes de chegar em Recife, já tem uma liminar sendo pedida. E, lamentavelmente, isso é caso de polícia. O sindicato não tem, por mais boa vontade que nós tenhamos... Eu vivo disso, minha família vive disso, meus filhos estão envolvidos nisso, mas, lamentavelmente, eu não tenho como fazer mais do que eu faço. A cada virada de Secretário, a cada modificação da legislação, nós temos procurado as autoridades, mostrando — porque a gente conhece um pouco, são 35 anos nessa brincadeira. Agora, a velocidade da sonegação, lamentavelmente, em alguns casos, é muito maior do que a boa vontade de se barrar essa sonegação. O Deputado Paulo Rubem nos perguntou o volume comercializado. Ele não está aqui, mas vou tentar movimentar. O álcool, em Pernambuco, nós temos 3 variedades: o anidro, o álcool hidratado, aquele que faz o caminho sem nota fiscal e, ao chegar no posto, dependendo da situação, essa mistura pode ser direta ou indireta... Porque, como dissemos aqui, nós temos 2 fiscais da ANP para fiscalizar 3 Estados: Alagoas, Pernambuco e Paraíba. São mais de 2 mil postos, mais de 1.500 distribuidores de GLP e se torna impossível para o setor, por mais boa vontade que nós tenhamos — e eu tenho, porque eu vivo disso... é impossível para nós — o termo é esse, impossível — fazer mais do que o que nós fazemos no setor. Buscar Secretaria da Fazenda, aspectos de ICMS, condições básicas de fiscalização junto à Polícia Militar, Polícia Federal, todas essas providências a nossa Casa tem feito. E não é de hoje. Agora, a velocidade do nosso trabalho cresce aritmeticamente e, muitas das vezes, os sonegadores crescem geometricamente. Nós entendemos que esse é o foro conveniente de se expor o que temos no setor. Estamos dando toda ênfase possível a todos os detalhes que estão sendo levantados aqui. Temos dado nossa parcela — e, ficou muito claro aqui, nos supermercados, na elaboração da nova lei do Município do Recife —, sempre visando o seguinte: eu não tenho outra atividade, eu só vivo disso. Fazer mais do que eu faço, infelizmente, não tenho como fazer. Permaneço à disposição para qualquer outra colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Sr. Adão.



O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – No meu Estado, no Rio Grande do Sul — inclusive o Deputado Pompeo de Mattos, que não está presente agora, gostaria de saber como acontece lá a adulteração de produtos, quais as empresas, as distribuidoras que estão fazendo essa adulteração, que tipo de sonegação está acontecendo —, eu diria o seguinte: nós, lá, não temos até distribuidoras... Que, parece, todas radicadas lá são honestas e idôneas. O que existe são depósitos clandestinos. Que já foram pegos dois depósitos: um em Pelotas, e agora, ultimamente, um em Canoas, na Grande Porto Alegre, e que foram apreendidos 80 mil litros de álcool anidro. Ora, o que é que eles fazem com esse álcool anidro? Em primeiro lugar, se vierem com notas, eles vêm dirigido para a indústria — que tem aí uma isenção do imposto —, e eles pegam e fazem, nessa distribuidora de depósito clandestino, álcool combustível, porque é fácil de adulterar. Então, eles têm uma margem muito grande para revender, e fazem com que os postos revendedores que compram esse tipo de produto possam vender por um preço muito mais inferior do que os revendedores tradicionais e honestos vendem. E aí cria essa concorrência desleal. Quando nós denunciemos, desconfiamos que existe ali esse tipo de sonegação, que é avisado às autoridades fiscalizadoras, e que essas autoridades vão a esses postos, o que eles fazem? Eles apresentam uma nota de uma distribuidora, às vezes da própria bandeira deles. Porque isso não está acontecendo, esse tipo, só na bandeira branca. Nós temos postos bandeira branca, e num percentual bem elevado, que são pessoas honestas e que trabalham apenas, não têm uma bandeira específica. Mas os que ostentam bandeira, principalmente dessas companhias tradicionais, eles compram esse tipo de produto de fora e os caminhões descarregam à noite, na calada da noite. Então, o que acontece? A gente nota um movimento grande que, pelo volume de venda, deveria...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Me concede um aparte? Eles compram de fora. Da onde?

O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – Dos adulteradores, dos fantasmas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Dentro do próprio Estado?

O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – Não sei. Pode ser fora, pode ser dentro do Estado. Que isso só quem vai detectar vai ser a fiscalização, que vai ter condições. Nós não temos poder de polícia, não temos nem condições de fiscalizar.



A fiscalização do ICMS do Estado tem trabalhado intensamente na fronteira dos Estados, porque, para nós, no Estado do Rio Grande do Sul, entra Paraná, Santa Catarina, São Paulo. E, nos postos, a fiscalização do ICMS tem fiscalizado. Então, como o Deputado Pompeo de Mattos falou nessas notas falsas, isso aí se chama passeio de notas. Vem um caminhão que carregou álcool numa usina de Paraná ou numa usina de São Paulo, Ourinhos, e traz a nota, passa na fiscalização ou passa por uma outra parte que não tem fiscalização, atravessa. Não tem o carimbo da fiscalização na nota, descarrega nos postos e volta, com aquela nota. Se ele conseguir fazer no mesmo dia outro transporte, ele faz com a mesma nota. Se não conseguir, ele chega no local de origem e anula aquela nota e fica sem... E isso está ocorrendo bastante, e a fiscalização tem que ter muitos caminhões com esse tipo. E isso é com a sonegação. E a adulteração, nesses depósitos clandestinos, eles adulteram com esse próprio álcool anidro que tem lá, eles usam até na gasolina, porque o Governo... Hoje, por lei, nós estamos adicionando 20% do álcool na gasolina. Eles colocam mais 10% desse álcool anidro que eles trazem contrabandeado, fica com 30%. Aí nós não temos fiscalização. O povo, o consumidor está consumindo uma gasolina adulterada, para pagar barato.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Sr. Adão, pela ordem, por favor. Desculpe eu lhe interromper. O senhor tem medo de dizer — o Deputado Alexandre Santos aqui colocou bem —, o senhor está com medo de dizer ou o senhor não sabe? Esse passeio de nota, na realidade, o senhor pode deixar mais claro para a gente? De que Estado sai, de que refinaria sai, da onde sai isso, na realidade? O senhor está com medo de dizer ou o senhor, na realidade, não sabe ou o senhor não tem como provar? Esclarece isso melhor para a gente, por favor.

O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – Não, eu esclareço e agora. Medo eu não tenho. Eu não tenho. Se eu soubesse todos os adulteradores que estavam no meu Estado, eu provavelmente lhe garantiria que estavam na cadeia. Mas...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Eu não estou me referindo aos adulteradores não. Esse passeio de nota: o caminhão vai. Se, no mesmo dia, dá para ele voltar, ele volta, faz outro carregamento, com a mesma nota. É isso que realmente é a questão da sonegação, é onde eu estou aqui entrando mais em cima não só da ANP, como...



O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – Exato.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – O senhor tem realmente, o senhor sabe qual é a refinaria onde há esse passeio?

O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – Não sei. Não sei, mas os postos que compram — e aí é que está, que falta fiscalização... Eu não sei, não sou fiscal, não fiscalizo lá, mas têm postos que vendem gasolina por um preço inferior ao que nós compramos das distribuidoras. O volume de venda é grande, e a fiscalização, quando há denúncias, há indícios de sonegação e desse tipo de compra, vai fiscalizar, eles apresentam uma nota que eles compram duas, três cargas por mês de uma distribuidora, às vezes da própria bandeira dele ou sem bandeira, uma revenda tradicional, uma distribuidora tradicional, que soma uma venda de 10, da nota de compra, de 10 a 15 mil litros/mês. E, pelo que a gente deduz, ele vende 40, 50 mil litros. E da onde que ele recebeu, como é que ele conseguiu, isso só com a fiscalização. E eu tenho o remédio para isso: a fiscalização tem que ir lá, lacrar as bombas e controlar. Aí, quando chegar no fim do mês, a fiscalização volta de novo, vê quanto ele vendeu nas bombas e quais as notas que eles apresentaram, de compra. É muito fácil, o que falta é fiscalização.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Mas o senhor não tem como passar pelo menos do Estado que está saindo isso para ir para lá?

O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – Não, não sei. Não tenho, porque ...

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER – Qual é a refinaria?

O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – Não. Não tenho, porque eu não faço campana, não fiscalizo estrada e nem tenho poder de polícia para isso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Sr. Adão, o senhor, na sua fala, o senhor nomeou Ourinhos e Paraná.

O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – Não, não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Ourinhos e Paraná ficam a uma distância muito grande do Rio Grande do Sul e não dá para fazer trajeto com um dia só.

O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – Não, exato. Eu citei onde existe álcool, usinas de álcool, e que as próprias distribuidoras, as distribuidoras de combustíveis,



e que eu vejo nelas que fornecem para nós, elas descarregam nesses Estados. No nosso Estado não tem usina de produtor de álcool, e eu citei como exemplo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – E eles fazem esse transporte uma, duas vezes, três vezes com uma nota fiscal só?

O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – Não, eu citei um exemplo, que eu não sei da onde entra esse álcool. Mas, pelos indícios, entra álcool, e entra álcool sonogado, porque o preço lá embaixo é inferior do que nós pagamos. E a venda, nós vendemos, porque o nosso preço, nós temos que vender bem mais alto. Porque, mesmo tendo uma margem minguada, o nosso álcool é bem superior ao álcool que muitos postos vendem. E como é que eles têm condições de vender isso aí? E isso aí só pode ser constatado através de fiscalização. Os fiscais, a Secretaria da Fazenda — nós temos contato diariamente, praticamente, com eles —, eles têm fiscalizado. Mas também não têm muita condição de fiscalizar, a equipe deles é pequena.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – Sr. Presidente, só uma... Sr. Adão Oliveira da Silva, o senhor começou uma discussão. Eu não tive a oportunidade de voltar ao Joseval, mas voltarei daqui a pouco, Presidente. O senhor, com sua experiência; o senhor, com sua vida de trabalho; o senhor, representando uma entidade que no Sul tem um nome, tem uma tradição, o senhor não sabe o nome? O senhor sabe, mas não sabe. O senhor diz, mas a fiscalização tem que... Só queria dizer que o senhor é vice-presidente do SINDICOM do Rio Grande do Sul. O senhor, ao assumir essa posição, o senhor tem responsabilidade. E ao virem aqui — eu quero dizer aos senhores, porque tem muita gente pensando que está vindo aqui passear —, eu quero dizer aos senhores que os senhores têm responsabilidades. Esta sessão está sendo totalmente gravada, e daqui sairão peças que nós iremos voltar aos senhores. Os senhores fazem algumas afirmações que nos deixam estarecidos. Os senhores, como representantes maiores de instituição, que representam todo o setor. E os senhores não sabem dizer um nome. Era só, talvez, para lembrar um pouquinho que esta CPI está buscando parcerias com pessoas que querem acabar com a máfia instalada no combustível do Brasil. Mas se continuarmos assim, o nosso pensamento fica muito conturbado. Setores que deveriam vir aqui preparados — os senhores deveriam estar, a partir do



momento em que foram solicitadas as vossas presenças aqui — e não sabem um nome deixam-nos a todos com o pensamento em direções diversas, que não queríamos ter, neste momento. Volto a dizer que é importantíssima a contribuição de cada um dos senhores, mas a responsabilidade também, tanto desta Comissão, quanto de cada depoente aqui, vai ser cobrada ao máximo. Portanto, voltaria a palavra ao senhor, para ver se o senhor, refrescando um pouco a memória, tivesse sequer, dentro de tantos nomes de sonegadores, um nome que pudesse dar, para que nós pudéssemos começar a encaminhar um processo de busca, de apreensão e até mesmo de medidas que dessem ao setor que os senhores representam salvaguardas para funcionar melhor.

O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – Olha, eu já participei de diversas comissões. Eu me propus vir aqui porque eu tenho trabalhado pela categoria e não vim aqui para mentir, nem para enrolar ninguém, porque ninguém enrola ninguém. Nós estamos trabalhando, feito um trabalho. Um dos Estados que mais tem trabalhado. Nós formamos essa força-tarefa, como eu já expliquei aqui, formada, composta de delegado, DECOM, PROCOM, Ministério Público, INMETRO, ICMS, porque nós temos responsabilidade e nós temos interesse em mostrar o desonesto dentro do segmento e proteger os honestos. Então, é isso. Esses casos, eu já indiquei todas essas autoridades que estão trabalhando e que têm poderes para fazer essas investigações e existe 3 ou 4 processos lá em andamento. Eles vão ser ouvidos aqui, na CPI, e vão ter oportunidade de relatar e indicar se eles já têm processo ou alguém já mais ou menos em investigação e apontado como cúmplice, eles vão relatar aqui na CPI.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, temos notícia de que no plenário desta Casa já se iniciou a Ordem do Dia. De acordo com o art. 46, inciso I, infelizmente, a sessão não poderá continuar, em função do início da Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO BASSUMA – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Para contraditar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, eu acho de extrema necessidade a argüição de todos que estão vindo aqui, mas volto a ponderar com V.Exa. que é impossível, numa tarde só, que quatro depoentes



possam satisfazer a todos os Deputados desta Comissão. Podemos fazer um esforço para tentar ainda ouvir as outras pessoas, tem outros Deputados querendo fazer perguntas, mas vamos criar um impasse. Tomamos falta lá, perdemos a votação ou continuamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Aviso ao nobre Deputado, que é um regimentalista, que nós podemos sair daqui passivamente, indo lá, votar e retornar aos nossos trabalhos. Nós estamos já no fim da nossa sessão e começamos em torno das 2h40min, nós começamos os nossos trabalhos. Se todos os Deputados já fizeram a sua argüição, com a mesma importância que o Deputado teve a sua chance, a Presidência decide que nós vamos até o final. Então, nós vamos até o final e, quando nós acharmos que começaram a Ordem do Dia, nós vamos votar. Mas eu acho que não está prejudicado, até por que todos aqueles que são convidados sabem que não têm hora para sair da nossa Comissão. Então, nós avisamos. Isso foi uma prática. Nós avisamos; todos aqueles que são convidados para vir aqui sabem que nós temos um ritual a cumprir. Então, nós queremos... Evidentemente, eles são convidados. Da mesma forma, eles respondem se... Eles são convidados; eles estão aqui na condição de convidados. Eles, regimentalmente, eles respondem... Se eles quiserem responder, eles respondem. Depois, se o Plenário e qualquer Deputado quiser, vai fazer uma convocação. Aí, eles são obrigados a responder em juízo. Então, quero só dizer e passar para o nobre Deputado que...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO – Sr. Presidente, já que V.Exa... Peço a V.Exa. para verificar se, realmente... Porque cada Deputado pode sair, ir lá, como V.Exa. sugeriu, e voltar, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Só que a própria Secretaria está anunciando isso...

O SR. DEPUTADO BASSUMA – Eu fui lá agora, Sr. Presidente. Não está tendo votação. Vim de lá agora; aliás, tem cinco minutos. Não tem... Não está em votação. Está em discussão lá no plenário. Pode ficar tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Ademais, Sr. Presidente, nós não estamos deliberando. Estamos indagando os convidados. Sr. Presidente, eu tenho



ouvido com atenção o Sr. Adão, o Sr. Joseval — esses eu tive oportunidade de escutar. Eu queria continuar o que eles estavam falando. Pelo menos, foi o que eu pude pegar aqui. Eu estava na CCJ. Até pouco tempos atrás, nós estávamos ali vendo aquela discussão da reforma tributária, e acabei de sair de lá da Comissão. Mas, pelo pouco que eu pude captar aqui, dá-se a impressão que tanto o Sr. Joseval quanto o Sr. Adão estavam colocando que o Fisco estadual, a Polícia Rodoviária Federal e os segmentos que têm poder de fiscalização ou eles têm participado do esquema ou têm feito vistas grossas por essa situação. É isso, mais ou menos, o que eu estou entendendo. Porque, se o Estado quiser fiscalizar, ele sabe a capacidade produtiva do álcool, da usina, e sabe o consumo estadual; tem todos os mecanismos e todos os levantamentos, e sabe qual é o consumo que está acontecendo. Existe alguma coisa, algum imbróglio nesse meio que está brecando para que não haja essa fiscalização, não haja esse levantamento, haja realmente o apoio à sonegação, haja cobertura para sonegação? Eu estou entendendo que talvez até vocês tenham um certo receio de falar sobre esse assunto. Porque, pelo que vocês têm me falado... Aqui, vou citar o caso do Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul é um Estado de fronteira; um Estado onde tivemos notícia de importação e exportação de combustível, passando pelo Rio Grande do Sul e indo para o Paraguai, indo para a Bolívia, e que eu não ouvi ninguém citar esse fato aqui, principalmente o senhor, Sr. Adão. Recentemente, houve uma CPI no Estado do Mato Grosso que fez esse levantamento de importação e exportação fraudulenta. O senhor tem notícia sobre esse fato que o Estado do Rio Grande do Sul é usado para fazer esse tipo de negociação?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Antes de passar para o Sr. Adão, quero... Deputado Dilceu.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO – Obrigado, Presidente. Eu queria aproveitar, dentro dessas mesmas perguntas, para esclarecimento. Eu gostaria de saber... Isso para os três é possível responder. Nos seus respectivos sindicatos, vocês têm uma relação de quantos postos foram lacrados pela ANP? E, também, se o sindicato tem a relação desses postos e o nome dos seus respectivos proprietários. E também se os sindicatos têm cópias ou têm atas das reuniões realizadas nos meses de dezembro de 2002 e abril de 2003, que foram os períodos



em que houve aquelas oscilações de preços no mercado para cima e para baixo. Dezembro de 2002 e abril de 2003. Mas o principal seria se tem a relação de quantos postos foram lacrados pela ANP em seus respectivos sindicatos e se tem as atas das reuniões dos sindicatos nesses dois períodos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Deputado Sandro.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS – A pergunta vai para o Sr. Joseval. Ele fez algumas colocações, ainda há pouco, que teriam alguns donos, provavelmente de distribuidoras, que estariam com algumas liminares — mais ou menos isso que o senhor colocou — e que estariam indo para a frente da televisão e dizendo que não. O senhor colocou isso ainda há pouco. Eu gostaria de saber quem são os donos de liminares, quem são as pessoas e quais são as distribuidoras, como o senhor colocou. E também o senhor afirmou que existem alguns escritórios que se especializaram na questão da liminar. Eu gostaria de saber quem são os responsáveis pelos escritórios, se o senhor tiver nomes, quais são os escritórios e onde ficam esses escritórios, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – A dinâmica é passar a palavra para o nobre convidado Adão e, depois, vamos passar para o Steiner e, depois, para a D. Maria. Depois, a gente retorna, de novo. A gente retorna.

O SR. ADÃO OLIVEIRA DA SILVA – Como eu já expliquei, no nosso Estado lá não existem liminares. Então, é o do companheiro Joseval que tem diversas liminares, no nosso não existe nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Sr. Steiner.

O SR. STEINER JARDIM – Eu queria expor... Essa pergunta está meio atropelada, porque está saindo tudo na mesma casa — é a liminar, é a adulteração. Todos estão se batendo nisso. Eu vou explicar uma história. Eu mexo com produtos há 42 anos. Eu fui motorista de caminhão, carreteiro. Graças a Deus, eu fui bem-sucedido num posto. Antigamente, quando era imposto único, não existia bandalheira. A bandalheira era tão pouca que não servia para nada. O camarada era localizado para descarregar num lugar, não descarregava, descarregava em outro. Era muito pouco isso aí que acontecia em Mato Grosso. Eu, toda a vida, fui de Campo Grande, Mato Grosso — tanto de Mato Grosso quanto de Mato Grosso do Sul. Antigamente, era um Mato Grosso só. E sempre fui transportando... Eu era



transportador oficial da Companhia Atlantic. Vinte e cinco anos fiquei na Atlantic. Hoje, eu sou transportador da Ipiranga — transportador oficial. O que aconteceu? Depois da desigualização dos produtos, como todos sabem, começou a se transformar em bandalheira. Por que bandalheira? Deram autoridade aos postos para ter caminhão próprio. Os postos todos têm caminhão próprio; acabou aquele transportador oficial que existia na companhia. Cada posto tem seu caminhão. Eu, como transportador oficial, ainda resta alguma coisa quando a entrega é a longa distância, pequenas coisas, alguma transferência que eu tenho de Paulínia para Cuiabá e até Alta Floresta, atendendo postos próprios. Muito bem. Aquele indivíduo inescrupuloso que tem um caminhão e que tem um posto — não vou citar o nome porque ninguém sabe que ele é —, ele tem um caminhão, ele pode adulterar o produto na rodovia mesmo — tirar a gasolina e pôr álcool; chega no posto com aquele produto, descarrega. E o consumidor vai engolir aquela bucha, essa é a realidade. Quer dizer que todo o mundo tem caminhão. Se olhar aqui em São Paulo ou onde for, todo o mundo tem caminhão. Beleza! Cada um tem seu caminhão. É bom, não é cartel. Cada um vem na companhia, retira, faz transferência. Aí é que vem...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Sr. Steiner, me conceda um aparte? Na sua resposta, no raciocínio que está indo, eu queria que o senhor incluísse quantos distribuidores do Mato Grosso do Sul trabalham em regime especial e se o senhor pode nomear algum deles.

O SR. STEINER JARDIM – Em Campo Grande, Cuiabá, eu não sei. Não é parte minha. Tem vários terminais lá. Em Campo Grande, o que eu citei aqui e que já expliquei: tem a Esso, tem a Texaco. É isso que o senhor quer?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Em regime especial?

O SR. STEINER JARDIM – Não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Eu digo em regime especial.

O SR. STEINER JARDIM – Eu não sei. Eu não vou vasculhar a distribuidora, que regime que ela tem. Não é esse o meu negócio. Como é que vou saber se ela está com um regime ou perguntar para uma Texaco, uma Esso se ela está com regime especial? Isso não existe. Eles vão falar: “O que você tem com isso?” Não sei. Mas uma companhia... eu sempre trabalhei com companhias boas, companhias



de porte, grandes. Então, é como eu explico novamente: não sei, essa adulteração de produto pode ser na rodovia ou pode ser no próprio posto ou próprias distribuidoras pequenas. Isso é anônimo, ninguém sabe, só ouve falar, reportagem, mídia. Agora, que existe posto de gasolina que a gente ouve falar: “Meu carro não andou, meu carro enguiçou”. Vocês têm carro, vocês sabem disso. Hoje, a gente, para sair numa rodovia ou numa cidade estranha, para abastecer seu carro, precisa saber onde encosta seu carro para abastecer. Bom, sobre... vou falar meio rápido. Em todo coletivo parece que a pergunta é que... Sobre roubo de carga também, existe muito roubo de carga. Tenho sofrido muito. A pessoa rouba meu caminhão com carga, mata o motorista, e assim em diante, prende o motorista. No outro dia, aparece o caminhão jogado na estrada, quando não vai para o desmanche. A carga já foi. A carga, ligeiramente ela vai. Ou ela deve ir para um posto que está quebrado ou deve ir para um TRR; ou deve ir para um grande consumidor ser descarregada ou uma fazenda. Esses são os problemas por que tenho perdido muita carga. Nesses dias mesmo perdi 30 mil litros. Achei o caminhão jogado, prejuízo aqui. Não sei aonde foi o produto. É sobre essa situação, Carlos Santana, Deputado, que dos 10 caminhões, que falou sobre 10 carretas, essas 10 carretas, um dia eu estava na Bolívia — que eu tenho um negócio em Corumbá, concessionária de automóvel... Estava na Bolívia, isso faz muito tempo, e eu vi. Digo: “essa quantidade de carreta...” Até estranhei. Tudo Volvo, umas carretas brancas, do lado da Bolívia. O motorista estava do outro lado, eu atravessei e fui embora. Aquilo ficou na minha cabeça. Para onde é que vão essas carretas? Dito e feito: passados 4 meses disso aí, prenderam, na rodovia, perto de Campo Grande, as 10 carretas. As 10 carretas estavam carregadas com 30 mil litros ou 44 mil litros? Não. Uma estava pela metade, outra não estava. O caso deles era atravessar o posto fiscal, que é federal — guarda rodoviário, ICM, posto fiscal, essas coisas em diante. Por quê? Ficou preso. O federal foi, a GAECO chegou, levou, prendeu lá os caminhões, tudo na federal. Ficou lá. Notícia deu na televisão. Talvez vocês saibam disso, porque eu trouxe um trabalho para vocês verem essas carretas lá, na fotografia. Passados uns 4 dias, cadê as carretas? Ainda falei com o procurador do Estado: “As carretas?” “Ah, não sei”. As carretas foram embora. Ninguém deu notícia das carretas. O que é que precisava? Uma fiscalização acompanhar essa carreta, dentro da carreta, saber



onde ela ia, para que indústria ela ia, em São Paulo ou onde ela ia; saber a finalidade. Essa carreta, quando chegou em São Paulo ou não sei onde que foi — estou falando em São Paulo —, ou no interior, saber a finalidade, o que foi. Mas as autoridades souberam só jogar em mídia, mas não souberam falar o que foi. Sobre posto lacrado, que parece que me perguntou, existe posto lacrado. O IPM, pesos e medidas, está fora de escalonamento a bomba ou qualquer coisa que por gota, ele lacra a bomba e multa. Aí você vai lá, acerta, regula a bomba, chama o mecânico da companhia, ajeita a bomba de gasolina, correto, deslaca a bomba. Vem a ANP. Se está irregular a bomba, ela lacra também. Está irregular. Vai, acerta a situação daquela bomba. Quem deslaca aquela bomba é somente o pessoal do órgão da Fazenda — a ANP não vai deslacar — ou é o Pesos e Medidas que deslaca. Deslaca, não, chama a companhia, e a companhia vai deslacar. Então, tudo tem um motivo. O LMC não está batendo no posto? É fácil descobrir um posto se vende... O LMC é entrada de notas e saídas do produto. É a coisa mais fácil fiscalizar um posto, não tem... Agora, aí vem o produto adulterado. Produto adulterado é difícil. Mas eles alegam também, dessas 10 carretas, porque não tínhamos o laboratório. Não estava funcionando, como falei: “com 120 dias funciona.” Essas carretas, eles alegam também que tinha que mandar esse produto para fazer análise em Brasília, aqui em Brasília, porque tem um laboratório. Por isso é que liberaram. Então, hoje, no meu Estado, eu acho que, se tiver um produto adulterado, daqui a 150 dias vão descobrir, porque a fiscalização vai lá, analisa o produto e vai achar. Porque nessas análises de produto que fazem não acham adulteração. Acham do álcool com a gasolina, comparativo de 25, 24 ou 22%. Era só isso que alguém queria escutar. Eu acho que fui claro. Há muito tempo eu trabalho com petróleo. Sei o que é petróleo, sei o que é o álcool, transporto o álcool também das usinas para Paulínia, descarrego na Ipiranga, descarrego na Agip minhas carretas. Agora, quem trabalha honesto, não vejo rolo. Agora, quem é desonesto tem todos os motivos para fazer as bandalheiras.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Sr. Steiner... Eu queria que ele incluísse também na resposta, Sr. Presidente... Eu falei sobre a questão do regime especial. O senhor não tem o regime especial?

O SR. STEINER JARDIM – Não.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – O senhor fornece para grandes consumidores?

O SR. STEINER JARDIM – Forneço?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Para grandes consumidores?

O SR. STEINER JARDIM – Como que eu forneço, explica. Eu sou transportador, transporte.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – O senhor transporta para grandes consumidores?

O SR. STEINER JARDIM – Não, transporte para as companhias de petróleo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Só para as companhias?

O SR. STEINER JARDIM – Só para as companhias ao posto, ao terminal delas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Fora o posto, para grandes consumidores também? Ou só para postos?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Não. Para grande consumidor, não. Eu também transporto do terminal para o grande consumidor, em caminhão pequeno, que se chama frete de longa distância ou (*ininteligível*). Uma empresa de ônibus, que tem aqui em Brasília, eu saio do terminal e vou descarregar na empresa de ônibus com a nota fiscal, correto?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO SILVA – Está o.k.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – Sr. Presidente, Sr. Steiner, o senhor que tem uma vida toda dedicada, me passou, assim como passa determinados momentos de sentimento, que o senhor tinha alguma coisa a mais a dizer: sua experiência, sua vivência de ponta a ponta, a sua capacidade de saber tudo e as suas próprias palavras “sei tudo do petróleo”. Isso... Até quero lhe parabenizar pela sua humildade em dizer como iniciou sua vida, como motorista. Sabe fazer tudo, sabe os procedimentos e, acima de tudo, convive com as irregularidades em volta do senhor. Então, voltaria àquela minha primeira pergunta, que volto a afirmar aos senhores que é de suma importância para todos nós: se o senhor tiver algum nome, se o senhor tiver alguém, nos sinalize. Eu acho que, com a experiência que o senhor tem, com o conhecimento, nomes e procedimentos irregulares são do seu conhecimento. E o senhor, certamente, não nos negará, para



que nós possamos proceder, em profundidade, a algumas outras investigações. Mas muito obrigado pelo seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Quero passar para a Dra. Maria da Penha.

A SRA. MARIA DA PENHA Amorim SHALDERS – Respondendo à pergunta do Deputado Nelson Bornier e Marcus Vicente com relação a se eu tenho conhecimento das indústrias de liminares do Estado, eu gostaria de reafirmar que no nosso Estado as liminares foram derrubadas a partir de janeiro de 2003. Mas, mesmo assim, eu já me comprometi no começo com o Deputado Paulo Rubem Santiago, que questionou sobre as liminares, de mandar a relação de quais foram as empresas que tiveram essas liminares, por quanto tempo e quando elas foram cassadas. E também os regimes especiais. Deputado Carlos Santana, com relação a se algum posto de gasolina foi obrigado a vender gasolina com efeito de liminar, eu não tenho nenhuma informação sobre isso. Quantos postos de bandeira branca temos no Estado? Deputado Carlos Santana, eu acredito que esteja em torno de 20%, mais ou menos uns 110 postos. Sobre os procedimentos de adulteração, acho que isso já foi comentado. Não é um procedimento que eu tenha visto, que eu tenha presenciado, que eu saiba com riqueza de detalhes, mas já tivemos o colega Joseval comentando sobre esses *modus operandis*. Então, para não entrar novamente nisso... E quais os descaminhos do setor — Deputado Alexandre Santos; quais são os descaminhos do setor e quais os participantes, quais as pressões. Eu diria que pressão eu não tenho recebido, até porque eu não tenho conhecimento dessas pessoas que fazem, se fazem, participam desses descaminhos. E não estou mentindo, nem vim aqui para passear. Tenho vindo de muito longe para estar deixando o meu comércio lá... Deputado Dilceu, se tem relação de quantos postos lacrados pela ANP, eu posso estar mandando essa documentação para o senhor. E eu não entendi direito: o senhor está querendo a ata das nossas reuniões, dos sindicatos, em dezembro de 2002 e abril de 2003 ou no período...

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO – Não, nesse período aí. Se o sindicato fez reuniões, automaticamente deve ter feito, e se ele lavra atas, que ficam registradas.



A SRA. MARIA DA PENHA Amorim SHALDERS – Ah, sim, todas as atas são lavradas, registradas. Se for de interesse seu, eu posso estar mandando.

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO – É, gostaria, se fosse possível, desses 2 meses.

A SRA. MARIA DA PENHA Amorim SHALDERS – Tudo bem. Só dos 2 meses ou do período?

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO – Não, pode ser do período de dezembro de 2002 a abril de 2003, ficaria mais completo.

A SRA. MARIA DA PENHA Amorim SHALDERS – São documentos que estou me comprometendo — está anotado aqui —, estou me comprometendo a...

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Só um aparte. É para todos os sindicatos ou só para o Sindicato do Espírito Santo?

O SR. DEPUTADO DILCEU SPERAFICO – Todos os que forem possíveis. Eles não são obrigados a fornecer, eu estou pedindo o que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Está bom.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS – Queria voltar a palavra à Sra. Maria da Penha e dizer que, ao solicitar ajuda, eu não disse que as pessoas estavam vindo aqui ou os senhores estariam vindo aqui para isso. Mas se está cabendo aqui alguma carapuça, não tem problema nenhum. E quero dizer, Sr. Presidente, que essa máfia não é feita sozinha. Ela tem participação efetiva dos segmentos, dos setores. E eu faço já uma convocação, Sr. Presidente, não mais como convidados. Solicitaria a presença dos senhores aqui não mais como convidados, mas que venham aqui, da próxima vez, como convocados sob juramento, porque o levantamento que eu tenho do Espírito Santo, do Rio Grande do Sul não são essas palavras gentis e fáceis, que ninguém sabe de nada, representando um setor. E nós vamos a fundo nas investigações, independente de as pessoas pensarem que estão vestindo carapuças. Não faço aqui carapuça em ninguém. Eu quero pedir aqui a ajuda dos setores. Mas como nós estamos vendo



que são destinados descaminhos nessas investigações, nós vamos aprofundar. Já estarei fazendo o requerimento de convocação desses senhores, sob juramento, para que venham aqui se explicar na Comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Passo para o convidado Joseval, para responder ao nobre Deputado Sandro Matos.

O SR. JOSEVAL ALVES AUGUSTO – Deputado, o senhor colocou os escritórios de advocacia, salvo engano na minha colocação. Em Estados como o nosso, onde... Pernambuco hoje tem importação, eu disse aqui, e tem, em 800 quilômetros para um lado, a Bahia com refinaria, e, em 800 para outro lado, o Ceará, que é a outra base de grande sustentação. Existe uma empresa, Monteiro e Filho, que hoje faz trabalhos de advocacia em todo o País. Ela é sediada em Pernambuco e tem feito, junto com outros escritórios, representações, acompanhamentos sobre liminares e tudo o mais. No que nos compete como líder sindical, nós estamos aqui para procurar dar o maior número de elementos possível para os senhores, porque os maiores prejudicados, Deputado, somos nós. Eu, por exemplo, só vivo disso, eu não tenho outra atividade. E pelos meus cabelos brancos, o senhor há de entender que eu não tenho mais onde começar outra atividade. Agora, há certas coisas que efetivamente a gente não sabe. O que se sabe se diz, o que não se sabe, lamentavelmente, a gente procura acompanhar, procura movimentar. Diante dessa circunstância, o senhor sabe muito bem que essa advocacia é uma advocacia de resultados, de resultados. Muitas vezes, os nossos insígnis juízes se movimentam de locais com Estados completamente diferentes. Então, muitas vezes, os escritórios estão sediados no Estado A, os juízes que dão as liminares estão nos Estados B, C e D. Na medida em que os senhores aqui fizerem por onde, através de uma ação de inconstitucionalidade, barrarem a CIDE, a metade ou muito mais desse problema se acaba aí. É um resultado objetivo, prático e fácil. Na medida em que alguns fóruns, como aconteceu agora, há pouco tempo, na esfera federal, sejam feitos de esclarecimentos para os juízes, que todos nós sabemos vivem sobrecarregados com um número imenso de processos, tomarem conhecimento dos valores que estão em risco nessa matéria, nós vamos conseguir evoluir. E no que depende de nós, nós temos procurado fazer tudo o que está a nosso alcance. Naturalmente, não temos



poder de polícia, mas o Estado lá é testemunha, através dos diversos Secretários que passaram, a forma como essa Casa que eu represento tem procurado trabalhar.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS – Pela ordem, Sr. Presidente. A primeira pergunta não chegou a ser respondida.

O SR. JOSEVAL ALVES AUGUSTO – Pois não, Deputado, me desculpe, por favor. O senhor pode me responder?

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS – Isso. Para os senhores perceberem, só para clarear, que foi a questão das liminares, que o senhor colocou, que teriam... Algumas pessoas estavam conseguindo liminares, mas, na frente da televisão, falavam que não. O senhor colocou dessa forma e eu gostaria de saber quem é essa pessoa, representando qual empresa.

O SR. JOSEVAL ALVES AUGUSTO – Deputado, se possível, o senhor tem acompanhado na imprensa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Queria que fosse rápido, porque já veio ordem da Presidência — e a Presidência é soberana — para nós terminarmos nossos trabalhos. Eu queria que fosse rápido.

O SR. JOSEVAL ALVES AUGUSTO – No que tange a nós, Deputado, todas as solicitações, a gente tem procurado seqüenciá-las, na medida do nosso conhecimento. Então, eu tenho procurado passar tudo aquilo que é do meu conhecimento, que possa elucidar, que possa ajudar, que possa movimentar toda essa matéria.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS – Mas o senhor ainda não respondeu. O senhor afirmou que tem representante de distribuidoras que têm liminares, mas quando vão para a frente da televisão dizem que não. Eu queria saber quais são essas...

O SR. JOSEVAL ALVES AUGUSTO – Deputado, no momento... Nós estamos hoje no dia 28 de maio. No momento, no nosso Estado, há 3 liminares. Uma delas, da parcela específica para a empresa — aqui não especifica qual é a empresa... A primeira foi a PETROSPEC, em 28 de novembro do ano passado. A segunda é de uma empresa que é uma TRR Balança, que conseguiu uma liminar em 18 de fevereiro deste ano. E a terceira, na decisão do Juiz Élio Wanderley de Siqueira Filho, em favor da Dislub, que saiu em 16 de dezembro de 2002. As



informações dos 3 elementos, das 3 empresas, são de que não estão utilizando isso. A confirmação com relação a cada um é apenas se procurar na tramitação da Justiça que se achará isso. Não é do meu conhecimento, especificamente hoje, aqui, que isso esteja feito. Nós temos dado uma ênfase muito grande às liminares, porque isso aqui é uma das sangrias que afeta o nosso mercado.

O SR. DEPUTADO SANDRO MATOS – Tá o.k. Eu me dou por satisfeito. Se possível, o senhor me mande só a cópia dos nomes. Eu anotei aqui, mas que possam ser distribuídas também para todos os Deputados.

O SR. JOSEVAL ALVES AUGUSTO – Pois não. Farei, em conformidade com sua solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Santana) – Nobre Deputado Bassuma, eu quero agradecer a presença e o convite dos 4 representantes dos postos de gasolina no Estado do Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Pernambuco. Quero anunciar que amanhã teremos audiência pública, às 10h da manhã, com os representantes da PETROBRAS, o Sr. Carlos Ney de Andrade, Gerente-Executivo de Marketing e Comercialização da PETROBRAS, e Rogério Almeida Manso da Costa Reis, Diretor de Abastecimento da PETROBRAS, cuja pauta já foi encaminhada pela secretaria aos gabinetes dos Srs. Deputados.

Está encerrada a reunião.